

**JOSIMAR DE JESUS VITOR DO NASCIMENTO**

**O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PALMEIRA E A COLÔNIA  
CECÍLIA – 1955-2014**

IRATI/PR  
2021

**JOSIMAR DE JESUS VITOR DO NASCIMENTO**

**O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PALMEIRA E A COLÔNIA  
CECÍLIA – 1955-2014**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração “História e Regiões”, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR).

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto

IRATI/PR  
2021

Catálogo na Publicação  
Rede de Bibliotecas da Unicentro

N244i Nascimento, Josimar de Jesus Vitor do  
Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira e a Colônia Cecília – 1955-  
2014 / Josimar de Jesus Vitor do Nascimento. -- Irati, 2021.  
xii, 84 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste,  
Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História  
e Regiões, 2021.

Orientador: José Miguel Arias Neto  
Banca examinadora: José Miguel Arias Neto, Hélio Sochodolak, Silvia  
Cristina Martins de Souza

Bibliografia

1. Colônia Cecília. 2. História. 3. IHGP. 4. Palmeira. I. Título.  
II. Programa de Pós-Graduação em História.

CDD 981



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP  
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH  
Área de Concentração – História e Regiões



## TERMO DE APROVAÇÃO

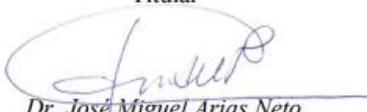
**Josimar de Jesus Vitor do Nascimento**

### **O Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira e a Colônia Cecília 1955-2014**

Dissertação aprovada em 29/07/2021, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

  
*Dr.ª Silvia Cristina Martins de Souza*  
Universidade Estadual de Londrina  
Titular

  
*Dr. Helio Sochodolak*  
Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Titular

  
*Dr. José Miguel Arias Neto*  
Universidade Estadual de Londrina  
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR  
2021

A Maria Edenir Borges do Nascimento (*in memoriam*).  
Teu amor de amor de mãe era o verdadeiro poder!

## AGRADECIMENTOS

Neste momento quero agradecer em primeiro lugar a Deus. Para além das religiões terrenas, com certeza existe uma força suprema que rege todo o universo. Eu cheguei até aqui pela sua vontade e inspiração deste ser supremo, que todos os dias me deu muita força para realizar esta importante tarefa.

Agradeço a minha família pelo que sou. Obrigado minha mãe, Maria Edenir Borges do Nascimento (*In memorian*). Não existem palavras suficientes para descrever e para agradecer as coisas que a senhora fez por mim. Obrigado meu pai, Joel Vitor do Nascimento. Agradeço ainda meu irmão Josias, minha irmã Joelma, meu cunhado Nivaldo e meus sobrinhos Wendel e Isabela. Vocês me deram forças para vencer.

Quero agradecer a minha esposa Silvani Pires pelo amor, pela paciência e compreensão que teve comigo durante este tempo de mestrado. Agradeço e peço perdão as minhas filhas Sara e Manuele, pelos momentos durante esta pesquisa no qual tive que me isolar e deixei de dar a atenção que vocês pediam e mereciam ter recebido.

Quero agradecer de maneira muito especial, o meu professor orientador Dr. José Miguel Arias Neto. Acredito que nenhuma pessoa entra em nossas vidas por acaso e sem o apoio, o conhecimento e a paciência do professor José Miguel eu não teria conseguido realizar esta dissertação. Serei eternamente grato ao senhor!

Agradeço também a todos os meus professores da Educação Básica e aos professores do Departamento de História e de outros departamentos da Unicentro, que participaram da minha formação acadêmica no curso de licenciatura em História.

Quero agradecer imensamente aos professores do PPGH da Unicentro pelo apoio e incentivo. A Cibele Zwar, secretária do PPGH, que sempre nos deu o suporte necessário e demais funcionários da Unicentro.

Agradeço ao Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, aqui representados pela senhora Vera Lúcia de Oliveira Mayer e pelo senhor Rogério Geraldo Lima, presidentes do IHGP, que me abriram as portas da instituição para esta humilde pesquisa.

Agradeço ainda, a Mathias Costa, Auxiliar de Arquivo da Câmara de Vereadores de Palmeira, que prontamente me ajudou quando solicitei documentos desta casa legislativa.

Agradeço também ao professor Geancarlo Borghetti pela amizade e dedicação na revisão da minha pesquisa.

Lavar as mãos do conflito entre os poderosos e os impotentes significa ficar do lado dos poderosos, não ser neutro. O educador tem o dever de não ser neutro.

Paulo Freire

## RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa, analisar o papel do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, bem como a produção historiográfica de alguns de seus membros sobre a experiência anarquista denominada Colônia Cecília, ocorrida no município de Palmeira, no final do século XIX. Ao longo dos anos, a Colônia Cecília tornou-se objeto de inúmeras produções escritas e audiovisuais, mas também foi assunto abordado por escritores membros do IHGP. Fundado em 13 de fevereiro de 1955, o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, nasceu sob estímulo do Instituto Histórico de Paranaguá/PR. Instituição de caráter privado, tem como missão estatutária, o estudo dos aspectos históricos e geográficos, o estudo dos aspectos culturais e linguísticos, o culto às tradições locais e regionais, além de se propor a receber, organizar e preservar objetos históricos por meio do seu acervo e exaltar personalidades e fatos da história local.

**PALAVRAS CHAVE:** Colônia Cecília. História. IHGP. Palmeira.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze the role of the Historical and Geographical Institute of Palmeira, as well as the historiographic production of some of its members on the anarchist experience called Colônia Cecília, which took place in the municipality of Palmeira, in the late nineteenth century. Over the years, Colônia Cecília has become the object of numerous written and audiovisual productions, but it has also been discussed by writers who are members of the IHGP. Founded on February 13, 1955, the Historical and Geographical Institute of Palmeira was created under the stimulus of the Historical Institute of Paranaguá/PR. Private institution, with a statutory mission, the study of historical and geographical aspects, the study of cultural and linguistic aspects, the cult of local and regional traditions, in addition to proposing to receive, organize and preserve historical objects through its collection and extol personalities and facts of local history.

**KEY WORDS:** Colônia Cecília. History. IHGP. Palmeira.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Ilustração 1:</b> Placa comemorativa fixada no rol de entrada da Prefeitura Municipal de Palmeira em 1955, na recepção dos integrantes do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. Foto tirada por Gabriel Lima Osternacki em 27/04/2020, gentilmente cedida ao autor.....	28
<b>Ilustração 2:</b> Situação do acervo Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. Foto tirada em 26 de abril de 2018. ....	34
<b>Ilustração 3:</b> Sala onde está guardado o acervo do Instituto Histórico de Palmeira. Foto realizada em 06/03/2020.....	35
<b>Ilustração 4:</b> Local onde teria sido implantada a Colônia Cecília.....	73
<b>Ilustração 5:</b> Placa da obra Memorial Colônia Cecília. ....	74

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Membros da primeira diretoria provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. Diretoria composta em 13 de fevereiro de 1955. Quadro elaborado pelo autor. ....	28
<b>Quadro 2:</b> Composição da segunda diretoria provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira instituída em 11 de março de 1964, após nove anos sem atividade. Esta composição provisória permanecerá até 1970 quando as atividades são novamente interrompidas. ....	29
<b>Quadro 3:</b> Reuniões do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, entre 1955 e 1970. ....	39
<b>Quadro 4:</b> Atos oficiais relacionados à história política de Palmeira. ....	44
<b>Quadro 5:</b> Membros do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira que publicaram livros sobre Palmeira. ....	50

## LISTA DE DOCUMENTOS

<b>Documento 1:</b> Convite para o 1º Encontro do Povo Palmeirense elabora pelo Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira em 1964.....	19
<b>Documento 2:</b> Jornal do Instituto Histórico de Paranaguá – 1955. Documento cedido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá.....	27

## SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPITULO 1 - A CRIAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PALMEIRA.</b>	<b>17</b>
<b>1.1 - Levantamento de documentos sobre a implantação e trajetória do IHG de Palmeira.....</b>	<b>17</b>
<b>1.2 - O Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira.....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 2 - O IHGP E A HISTÓRIA DE PALMEIRA .....</b>	<b>44</b>
<b>2.1 - A História de Palmeira antes da criação do IHGP.....</b>	<b>44</b>
<b>2.2 - A história de Palmeira produzida pelos autores do IHGP.....</b>	<b>49</b>
<b>CAPÍTULO 3 - A COLÔNIA CECÍLIA A PARTIR DOS MEMBROS DO IHGP .....</b>	<b>53</b>
<b>3.1 - Colônia Cecília: Uma Experiência Anarquista .....</b>	<b>53</b>
<b>3.2 - A jornada de Rossi até Palmeira. ....</b>	<b>57</b>
<b>3.3 - A Colônia Cecília a partir da história contada pelos membros do IHG de Palmeira .....</b>	<b>63</b>
<b>3.4 - A Construção do Memorial Colônia Cecília.....</b>	<b>72</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>76</b>
<b>FONTES DO IHGP .....</b>	<b>78</b>
<b>LEGISLAÇÃO.....</b>	<b>79</b>
<b>AUTORES DO IHGP.....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>80</b>

## INTRODUÇÃO

---

O papel do IHGP na cidade Palmeira sempre me chamou atenção.

No final da graduação, minha pesquisa para conclusão de curso seguiu estudos voltados à história cultural, mais especificamente aos estudos das comunidades tradicionais, comunidades faxinalenses, suas práticas culturais e seus modos de organização. Naquele momento desenvolvi o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)<sup>1</sup>, estudando as dinâmicas relacionadas ao ato de curar, uma prática cultural bastante presente no município de Palmeira, assim como em outros municípios paranaenses.

Em 2012, iniciou-se as atividades do Mestrado em História na Universidade do Centro Oeste, UNICENTRO, abrindo – se assim, a possibilidade de expansão das pesquisas científicas nesta área e pelas informações que já tinha naquele momento, na região de atuação da UNICENTRO e da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) não havia nenhum trabalho que tivesse o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira como objeto central de uma pesquisa acadêmica.

Nesta pesquisa, o objeto, o referencial teórico e a metodologia a ser aplicada não seria mais a mesma utilizada durante o meu trabalho de conclusão de curso. O próprio objeto proposto requereria a busca por outros referenciais teóricos e outras formas de abordagens metodológicas.

Desde criança, eu sempre ouvia na Rádio Ipiranga, em seu programa jornalístico diário denominado “Noticiário P7”, as divulgações de eventos promovidos pelo IHGP e aquilo me chamava a atenção, intrigando-me a pensar que existiam pessoas que dedicavam um tempo de suas vidas para estudar, compreender, preservar documentos e preservar a memória de fatos do passado de Palmeira. Obviamente que era aquela percepção simplista de quem ainda não tinha se quer concluído o Ensino Médio.

Sobre Palmeira muita coisa já foi escrita. Em grande parte, estas produções são frutos de trabalhos realizados por memorialistas, alguns com formação específica na área de história, outros apenas com o conhecimento geral e prático e o desejo de rememorar o passado.

---

<sup>1</sup> CAMPIGOTO, J. A.; NASCIMENTO, J. DE J. V. DO. Povos faxinalenses: saúde e conhecimentos tradicionais. Unicentro. Irati, 2011.

Esta história quase sempre começa com a exaltação do imigrante europeu, sua vontade de prosperar e o seu corajoso empenho para enfrentar terras inóspitas que precisavam ser desbravadas para que elas pudessem ser “civilizadas” e com a força deste trabalho, torná-las produtivas do ponto de vista capitalista.

Esta narrativa cumpre com o objetivo de “organizar” os fatos pelo viés de grupos locais dominantes, que exaltam os vencedores. De certo modo, manter vivo na memória da população local, rememorar momentos considerados como um “bom exemplo” para os mais jovens é uma ação de caráter histórico, que contribui para a manutenção do *status quo*.

Demonstraremos que a historiografia produzida pelos membros do IHGP reforça esta perspectiva tradicional ao mesmo tempo que introduz outros elementos “históricos nesta narrativa”.

Na contramão desta narrativa, torna-se preciso questionar, por exemplo, a omissão dos escritos locais em relação ao período escravocrata da cidade. Podemos afirmar que a Igreja Matriz de Palmeira, localizada na Praça Marechal Floriano Peixoto, no Centro da cidade tornou-se referência, cartão postal do município, foi edificada com a força de trabalho forçado de significativo percentual de africanos escravizados, coisificados e transformados em propriedade de “ilustres” palmeirenses.

Em projeto de pesquisa, o historiador e professor do Instituto Federal do Paraná, Silvio Adriano Weber, apresentou um trabalho intitulado *Africanos e Crioulos no Paraná Oitocentista: Uma análise sobre as sociedades escravistas de Palmas, Palmeira e Morretes*. Neste projeto, o autor em referência ao período escravagista de Palmeira e o seu impacto em relação aos descendentes de africanos escravizados diz que

Evidentemente é muito difícil encontrarmos no século XXI os remanescentes das senzalas da Palmeira do século XIX, desconhecemos a movimentação da comunidade negra local ao longo de todo o século XX, mas certamente quase ¼ da atual população não merece ter como memória histórica local somente a lembrança de um passado europeu, pois o passado africano grita nas fontes do passado tanto quanto nos censos atuais. (WEBER, 2016, p. 8).

Uma reflexão sobre a trajetória histórica de história de Palmeira é fundamental dentro de um trabalho de reflexão, mas sobre o processo período escravagista se faz necessário um trabalho exclusivo, pois é de grande relevância social, carece de tempo e de recursos financeiros para custeio de uma pesquisa específica sobre o assunto. Por hora, o aprofundamento deste tema relacionado a escravidão em Palmeira pode ficar para outro trabalho.

Para Köche (1997), pesquisar significa identificar uma dúvida que necessite de esclarecimento e, então, construir e executar o processo que apresenta sua solução. A pesquisa científica, conforme propõe Vergara (1997), pode ser categorizada segundo dois critérios básicos: quanto à finalidade do estudo e quanto aos meios de investigação.

De modo geral, os livros escritos sobre a história de Palmeira trazem muitas informações baseadas em registros pessoais, relatos de segunda mão que nem sempre tiveram a preocupação em confrontar tais relatos com as fontes, por exemplo, oficiais. A visão que se pretendeu fixar como imagem do passado local é constantemente lembrada, rememorada para que não caia no esquecimento da coletividade. Este passado é sempre apresentado melhor do que o presente e como exemplo a ser seguido pela geração atual e pela juventude.

Diante disso, esta dinâmica voltada ao saudosismo dos fatos tende a consolidar uma história da cidade, que se não refletida passa a ser reproduzida em larga escala como verdade. Porém, outros acontecimentos são esquecidos deliberadamente.

Em todos os momentos históricos o rigor teórico-metodológico na pesquisa historiográfica é necessário. Neste período, em que a História e as ciências sociais de modo geral estão sob ataque no Brasil, este cuidado é imprescindível e ainda assim, nada garante que a pesquisa não possa ser deslegitimada por aqueles que desejam minar os espaços de debates, dificultando a reflexão sobre questões que se apresentam como reveladoras das mazelas e das desigualdades sociais tão enraizadas e persistentes no Brasil, através dos mecanismos de produção de notícias falsas e do negacionismo histórico.

Neste sentido, não é possível escrever sobre os fatos relacionados à história de Palmeira sem dedicar tempo na busca por documentos históricos que fundamentem aquilo que se pretende escrever. É um desafio, já que no município não existe um espaço público específico para a preservação de documentos de relevância histórica, embora tenha sido aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores a Lei 2878 de 17 de junho de 2009, autorizando o Poder Executivo a criar o Arquivo Público Municipal. É preciso aqui lembrar que o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, que tem uma missão “similar” é uma entidade privada. Implantar espaços públicos para a preservação da memória local poderia contribuir para a diversificação das narrativas, colaborando para uma maior preservação da história local.

Nesta dissertação, vamos dedicar esforços na compreensão do processo de implantação do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, bem com verificar o seu olhar sobre o passado de Palmeira e como a entidade vai projetar uma história oficial para o município e consolidar

narrativas sobre fatos de relevância ocorridos em Palmeira, em especial, a experiência anarquista desenvolvida pelo italiano Giovanni Rossi, denominada de Colônia Cecília. O que escolher? O que selecionar? Como contar? Como escrever? E o que deixar de lado? Não falar! Não escrever! Por fim, esquecer!

Dois assuntos de natureza histórica merecem atenção na história de Palmeira: a Colônia Cecília e a escravidão africana que, apesar da inegável existência, é sistematicamente renegada ao esquecimento enquanto que a Colônia Cecília é amplamente difundida.

Do ponto de vista desta pesquisa, é fundamental analisar ao menos uma parte desta história local para podermos compreender como acontece este processo, sobretudo a partir da participação do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira (IHGP).

Para atender a esta proposta, o trabalho se divide em três capítulos.

No primeiro capítulo tratamos da criação do IHGP, sua organização e a sua trajetória histórica em Palmeira. Neste capítulo, buscaremos mostrar como se deu o surgimento da instituição no município, quem foram os primeiros membros e uma análise dos registros documentais, em especial os livros atas dos primeiros anos de atividade.

No segundo capítulo, aborda-se fato sobre a “História de Palmeira” produzida pelos autores vinculados ao IHGP. A implantação do IHGP tinha como um dos objetivos, o estímulo o estudo, a pesquisa sobre temas relacionados à história e a geografia de Palmeira. Neste sentido, vamos verificar como refletiu nos livros escritos pelos membros da instituição.

Finalmente, no terceiro capítulo, a história da Colônia Cecília a partir das produções de membros do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. Tema recorrente nas produções locais, vamos analisar a história da Colônia Cecília e como que o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira abordou este assunto ao longo dos anos.

## **CAPITULO 1 - A CRIAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PALMEIRA**

---

### **1.1 -Levantamento de documentos sobre a implantação e trajetória do IHG de Palmeira.**

Os passos iniciais na pesquisa sobre o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira se deram a partir dos livros atas, nos quais constam registradas as reuniões da entidade. Toda primeira parte do livro ata número 1 aberto em 24 de fevereiro de 1955, registra reuniões que focam na tentativa de constituir a entidade de forma oficial, tendo como incentivo e referência os membros do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá/PR.

Logo de início é possível observar uma ruptura nas atividades, pois a entidade é constituída, tem reuniões regulares entre os meses de fevereiro de 1955 e agosto deste mesmo ano. Após isso, sem uma prévia comunicação, ocorre uma ruptura, gerando uma descontinuidade dos trabalhos, sendo que não há ali nenhum relato objetivo que pudesse justificar essa parada súbita.

Quando as atividades são retomadas em 11 de março de 1964, na ata número 8, fazendo referência a esta interrupção diz que: *Aberta a sessão pelo senhor Presidente, o mesmo diz inicialmente que a presente reunião tem como finalidade o reerguimento do Instituto Histórico e Geográfico da Palmeira, cujas atividades cessaram por imperativos de ordem superior a partir de agosto de 1955.* (IHGP, livro ata nº 1, ata 08, 1955).

Não foi possível obter um registro documental que pudesse explicar tal paralização das atividades, mas uma hipótese provável é que pode ter ocorrido uma naquele momento um conflito, uma discordância de natureza política, já que alguns membros da Instituto ocupavam cargos na administração pública municipal, tanto no executivo e no legislativo.

A partir desta reunião o IHGP se volta para a discussão e organização de um evento denominado do “1º Encontro do Povo Palmeirense”, que teria como objetivo, o enaltecimento e a valorização de personalidades palmeirenses que se destacaram no cenário nacional, estadual e local. O foco central deste primeiro evento era celebrar o 30º aniversário de morte de Manoel Demétrio de Oliveira, palmeirense que teria sido bagageiro durante a Guerra do Paraguai e, em um ato de coragem, conforme a narrativa local, salvado a vida do Duque de Caxias durante uma batalha na ponte de Itararó em 06 de dezembro de 1868, conforme relato contido no livro ata de número 1 do IHGP.

Fato que chama a atenção, sobretudo no livro ata de número 1 aberto durante os primeiros anos da instituição é o flerte constante com a exaltação das Forças Armadas do Brasil. A própria homenagem a Manoel Demétrio de Oliveira e os convidados para este evento deixam clara esta posição do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira.

Durante a realização do 1º Encontro do Povo Palmeirense, que era em homenagem a Manoel Demétrio de Oliveira, foram realizadas várias atividades. Entre elas estava a colocação no túmulo do homenageado, uma placa, flores e discursos enaltecendo a participação do homenageado nas Forças Armadas. Em determinado momento, foi chamado para discursar em nome do Exército Brasileiro, o Major Nilson Machado, cujo discurso foi transcrito em ata da seguinte forma

Terminou o seu feliz e inspirado improviso também pondo em evidência as qualidades de cidadão e as peregrinas virtudes domésticas de Manoel Demétrio, apontando-o como legítimo exemplo a ser seguido pela juventude, qual deve-se mirar e escudar nas atitudes de alto civismo e comprovada honradez, tão potentes em Manoel Demétrio de Oliveira, para que assim possa, realmente ser a fiel guardiã das tradições cristãs e democráticas da nossa terra. Tradições que, frisou, concluindo, a sua bela oração, estiveram ainda recentemente na eminência de serem destruídas pela ação deletéria de maus brasileiros e inimigos da nossa cara Pátria. (IHGP. Livro 1, ata nº 18, 1955.)

Vale lembrar que este evento foi realizado quatro meses depois do Golpe Militar de 1964. Portanto, observamos que havia uma relação no mínimo amistosa entre os membros do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira com agentes das Forças Armadas.

Apesar de ter passado mais de cinquenta e seis anos, localizamos o convite confeccionado exclusivamente para este evento. Este material tipográfico traz a programação e os estabelecimentos comerciais de Palmeira que patrocinaram ou que deram alguma forma de suporte para a realização do evento naquele ano.

Documento 1: Convite para o 1º Encontro do Povo Palmeirense elabora pelo Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira em 1964.

O

Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira

*tem a honra de apresentar*

a

**Orquestra Sinfônica de Ponta Grossa**

*sob a Regência do Maestro*

**Tenente Paulino Martins Alves**

*no seu 32.º Concerto*



*como parte dos festejos do 1.º Encontro  
do Povo Palmeirense*



*Palmeira, 22 de Agosto de 1964*

*Local: Cine Teatro Municipal*

---

**Palmeirense !**  
90% dos depósitos do Banco "INCO", são aplicados na Indústria, Comércio e Lavoura de seu município.

**BANCO INCO**

Deposite suas economias no Banco "INCO" para o progresso de sua terra

O Banco "INCO" com uma rede de 105 agências e correspondentes em todo o País, está apto a efetuar todas e quaisquer operações bancárias

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira.

As primeiras análises nos livros atas revelam momentos nos quais as reuniões são intensificadas e momentos de descontinuidade ou de poucas atividades. O recorte temporal desta pesquisa será entre 1955, ano de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira e 2014.

## **1.2 - O Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira.**

Palmeira está localizada na região conhecida como Campos Gerais, ao sul do Estado do Paraná, a 80 km da capital Curitiba, sendo considerada uma das cidades mais antigas do Paraná. A cidade de Palmeira teria surgido a partir da circulação de tropeiros: “a ocupação da parte sul dos ditos Campos Gerais vincula-se à história do tropeirismo e à cultura das tropeadas” (CAMPIGOTO & SOCHODOLAK, 2008). O movimento tropeiro teria surgido a partir da ocupação da Cordilheira dos Andes pelos colonizadores europeus, sobretudo espanhóis, que buscavam pelas riquezas de origem mineral. Hélio da Costa Moreira, em seus estudos sobre os tropeiros e suas rotas aponta que

Os portugueses, após um século no litoral do Brasil, resolveram ir à busca de ouro com os mesmos objetivos que impulsionaram os espanhóis. A dificuldade era o transporte de grandes volumes de mercadorias e também de pessoas que, até então, era feito por “índios de carga”, negros escravizados e mamelucos assalariados, devido à carência de animais de carga e de sela. As pessoas faziam grandes trajetos a pé, pois não contavam, ainda, com os cavalos para o transporte. E os carregadores humanos gastavam de 3 a 4 meses numa viagem entre São Paulo e Minas Gerais [...] Como forma de resolver, de vez, o problema, já que os habitantes da América se recusavam a colaborar com os visitantes, ainda que escravizados, e como o volume de minerais era enorme, os espanhóis traziam, nos porões dos seus navios, os burros e mulas para a execução dos trabalhos. (CAMPIGOTO; SOCHODOLAK, 2008. p.172)

A expansão da circulação de pessoas e de mercadorias pelo território brasileiro foi criando as condições para o surgimento de novos povoados, vilas. No caso de Palmeira, as tropeadas vinda do Rio Grande do Sul rumo à São Paulo é considerado como fator importante para o surgimento da cidade.

Mais especificamente sobre os caminhos percorridos pelos aventureiros, Moreira, (2006) diz que

Vários foram os caminhos abertos para a passagem das tropas de animais: no litoral do Paraná – Estrada da Graciosa, Caminho do Itaipava, Caminho do Arraial e a Estrada de Palmas -, e os caminhos que cortavam os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo – Caminho do Viamão e os Caminhos das Missões. No estado do Rio Grande do Sul foram abertas outras variantes desses caminhos para atender regiões afastadas do seu curso principal. (MOREIRA, 2006. p. 38).

A cidade de Palmeira, oficialmente com seus dois séculos de existência foi sendo constituída, ao longo dos anos, de diferentes povos, começando com os nativos (indígenas), passando pela formação das comunidades rurais organizadas em sistema de faxinais, pela participação efetiva dos escravos africanos na formação econômica e cultural da cidade e a colonização por imigrantes italianos, poloneses, alemães e por fim de japoneses. A vinda de diversos povos trouxe para Palmeira elementos culturais diversos, que estão presentes no seu território, tanto do ponto de vista da cultura material quanto imaterial.

As primeiras personalidades políticas e intelectuais nascidas em Palmeira viam no trabalho, dentro de uma concepção capitalista, a possibilidade de sucesso de progresso; a noção de propriedade privada era tomada como ideal. Assim sendo, atividades extrativistas como da Araucária, Imbuia e outras madeiras nobres, da Erva Mate, da comercialização de produtos agrícolas primários e do comércio de animais, propiciaram a formação de uma “elite econômica” local detentora do poder. O status de elite econômica será, muitas vezes, equivalente à elite intelectual, um quesito básico para um cidadão poder integrar certas instituições locais, tal como o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira.

Conforme consta do site da entidade,

O Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira foi fundado em 13 de fevereiro de 1955, com sede na cidade de Palmeira. Devendo sua instalação à instituição congênere de Paranaguá, na pessoa do Historiador Vicente Nascimento Júnior, durante a visita da “Caravana da Amizade” vinda de Paranaguá a Palmeira. Tendo como seus fundadores: Alfredo Bertoldo Klas, Theóphilo José de Freitas Filho, Oscar Teixeira de Oliveira, Fernando Perotta, Petrônio Romero Carneiro de Souza e Eurides Teixeira de Oliveira. As reuniões eram realizadas no salão de festas do então Ginásio Estadual D. Alberto Gonçalves. (Site do IHGP na internet. <http://ihgpalmeira.com.br>. Consulta realizada em 20 de abril de 2019).

Neste sentido, ao analisar a trajetória dos membros fundadores observamos que seu presidente Alfredo Bertoldo Klas, era além de militar reformado, era o prefeito de Palmeira, professor, escritor e industrial. Teofilo José de Freitas Filho era cartorário, político. Oscar Teixeira de Oliveira era funcionário público, escritor e radialista. Petrônio Romero Carneiro de Souza era advogado. Fernando Perotta era comerciante e político. Portanto, em 1955 os

integrantes desta instituição eram personalidades de certo destaque na sociedade palmeirense, ocupando espaços nas atividades econômicas, políticas e na administração pública. Ou seja, para integrar o IHGP, a pessoa precisava ter notoriamente, um grau de instrução que apenas uma pequena parcela da população tinha naquele período, normalmente os filhos das famílias mais abastadas da cidade.

A criação do Instituto na cidade de Palmeira será vinculada de maneira indireta a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 no Rio de Janeiro.

A principal instituição de conhecimento e disseminadora de uma ideia de identidade nacional no Brasil do século XIX foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, na cidade do Rio de Janeiro. O IHGB surgiu com o objetivo de construir uma História e uma identidade brasileira. (SCHWARCZ, 2000, p. 99).

Assim, o estabelecimento carioca cumpria o papel que lhe foi reservado, ou seja, de construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidade em personagens e eventos até então dispersos.

Nesta mesma perspectiva sobre o papel do IHGB na constituição de uma história nacional, José Carlos Reis diz que “[...] o IHGB será o lugar privilegiado da produção histórica durante o século XIX, lugar que condicionará as reconstruções históricas, as interpretações, as visões do Brasil e da questão nacional. (REIS, 2002, p. 26).

O IHGB apresenta duas fases: na primeira, a preocupação maior dizia respeito à coleta de documentos úteis para a constituição e a preservação da memória nacional; a segunda implicou o empenho dos sócios na tarefa de escrever a história do Brasil. Esta fase, iniciada por volta de 1840 quando da realização do famoso concurso vencido pelo bávaro Carl Friedrich Phillip von Martius, também é caracterizada pela descentralização da instituição. Conforme Ernando Brito,

Apesar dessa ideia da criação de Institutos regionais ter surgido em meados do século XIX, a maioria desses institutos surge apenas após a Proclamação da República. Pode-se mencionar, por exemplo, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, fundado no ano de 1862, o primeiro Instituto regional a ser criado; o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, ambos criados em 1894, e o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, fundado em 1900. (GONÇALVES JUNIOR; SEBRIAN, 2008, p. 2).

O movimento de descentralização que culminava com a criação dos institutos nos estados e nos municípios tinha por objetivo a coleta de documentos e a divulgação das histórias

regionais. Mais tarde, no ano de 1931, foi fundado IHG de Paranaguá, órgão que atuou para criação do congênere de Palmeira. Conforme constou no site oficial do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, que ficou ativo até 2019, sua criação pretendia atingir o seguinte objetivo.

O Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira foi criado com o principal objetivo em despertar o interesse da juventude palmeirense às atividades históricas e culturais, permitindo a integração dos jovens aos propósitos e ideias que animam a instituição, através da pesquisa e difusão da história de Palmeira – merecedora sem dúvida, do maior carinho e solicitude, ainda pelo culto à memória dos grandes filhos da Palmeira e conseqüentemente do Paraná. (Site do IHGP. <http://ihgpalmeira.com.br/p/historia.html>.)

Em entrevista concedida ao autor, Vera Lucia de Oliveira Mayer relatou que em 1955, ano de fundação do IHG de Palmeira, a cidade já tinha um passado de mais de um século de existência e não possuía até então, elementos identitários que pudessem contribuir para a lembrança dos fatos do seu passado local, por exemplo, uma bandeira oficial, um brasão, um hino. Tais símbolos só seriam criados a partir deste momento de em que o IGH de Paranaguá resolve criar o Instituto em Palmeira.

Entre os símbolos estão, a primeira bandeira de Palmeira confeccionada e doada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá ao Município como presente quando da visita realizada em Palmeira em 1955 para fundar a instituição na cidade. Nesta mesma visita, estava presente Heitor Stockler De França, na época presidente da Federação das Indústrias do Paraná. Heitor também era poeta e jornalista, foi o autor do poema posteriormente musicado por José Schön, que se tornou o hino à Palmeira.

A partir das ações propostas pelo IHGB e com a disseminação de seus objetivos por todas as regiões brasileiras, influenciando a criação de entidades congêneres tornava-se possível documentar a história do Brasil, com foco nas ações ligadas à vida política, à linearidade dos fatos e a exaltação das grandes personalidades transformadas em heróis nacionais.

A elaboração de uma narrativa nacional se tornou condição *sine qua non* para legitimar a Monarquia e satisfazer as pretensões de alçar o Brasil à condição de país ordeiro, integrado e desenvolvido na segunda metade dos oitocentos. A missão de escrever a história do país também era uma missão de modernizá-lo e de garantir a sua sobrevivência. (KHALEK JUNIOR, 2010, p. 46.)

A sistematização dos fatos acontecidos e do enaltecimento das figuras que construíram a independência do Brasil se fazia necessário para reafirmar e mostrar para o mundo que o Brasil era uma nação constituída, definitivamente independente de Portugal e que por si só, poderia avançar enquanto Estado.

A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem sinalizar na direção da consecução desta empreitada, tendo como base a escritura de uma história que narrasse à sua maneira como se deu a formação do país e de sua sociedade enquanto Estado, procurando afirmar quem era o Brasil e os brasileiros, o que os diferenciava em relação aos demais países e com escritura capaz de garantir uma identidade própria que o tornasse visível. (BAULER, 2011. p. 66-84)

Assim como em nível nacional, no século seguinte, Palmeira também adotou ações para que sua história fosse organizada, escrita e reproduzida, certamente atendendo a diversos interesses, que iam além da preservação da memória ou escrita da história, ou seja, fazer parte do Instituto era um meio de ter visibilidade social, adquirir respeitabilidade e status de personalidade relevante. Neste sentido, o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira não era apenas uma instituição fim, mas uma instituição meio, a medida que ao executar ações na busca de atingir seus objetivos estatutários, seus membros colocaram em evidência suas trajetórias pessoais, a trajetória de suas famílias e a manutenção do *status quo* local.

Para Albuquerque Junior,

O conhecimento histórico é perspectivista, pois ele também é histórico e o lugar ocupado pelo historiador também se altera ao longo do tempo. Nem sempre se fez a História do mesmo jeito, e ela serviu a diferentes funções no decorrer do tempo. O historiador não pode escamotear o lugar histórico e social de onde fala, e o lugar institucional onde o saber histórico se produz. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007. p. 61).

Em 1955, quando da vinda da “Caravana da Amizade” de Paranaguá à Palmeira, seus membros sabendo da história da cidade sugeriram a criação do Instituto Histórico e Geográfico em Palmeira com o objetivo de documentar e exaltar as personalidades palmeirenses e suas ações em prol do município, e conseqüentemente, do Paraná e do Brasil.

A partir da colaboração do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, obtivemos acesso à ata da sessão solene da fundação da entidade em Palmeira. Segue abaixo, a transcrição desta reunião.

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, na sala da Prefeitura Municipal de Palmeira, em 13 de Fevereiro de 1955. Aos treze de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e cinco, na cidade da Palmeira, presentes às 16 horas o Dr Alfredo Bertoldo Klass, prefeito municipal e demais autoridades civis, militares e eclesiásticas, cidadãos e Exmas senhoras, iniciam os trabalhos, na sua qualidade de 1º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá o Sr. Vicente Nascimento Junior, dada a ausência do presidente e seu substituto legal que por motivos imperiosos não puderam acompanhar a Caravana da Amizade, especialmente organizada para fazer a entrega solene da primeira bandeira do Município de Palmeira e organizar o Instituto Histórico e Geográfico local. Foi convidado a ocupar a Presidência o dr. Prefeito Municipal e para tomarem assento à mesa várias personalidades da administração e sociedade palmeirense. Foi convidado para a secretariar a mesa o Sr Antonio Saboia Borges, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. Dada a palavra ao Sr Nascimento Junior, explicou este os fins da reunião, descrevendo o papel “preeminente” das associações deste gênero (...ilegível) estimuladores da cultura local. Faz várias e longas considerações sobre o assunto. E com fácil entendimento louvou seus ilustres filhos da Palmeira para a fundação do Instituto. Pediu licença para apresentar a (...ilegível) da escolha dos seguintes nomes para a diretoria provisória: - Para Presidente o dr Alfredo Bertoldo Klas. Vice; Fernando Perotta. 1º Secretario Oscar Teixeira de Oliveira. 2º Secretário Dr Petronio Romero Carneiro de Souza. Tesoureiro Teofilo de Freitas. Relator Eurides Teixeira. Aceita a sugestão foi aclamada como primeira diretoria com caráter provisório até a escolha da definitiva. Foi dada posse dos cargos aos que se achavam presentes e declarados para todos os feitos fundado o Instituto Histórico e Geográfico da Palmeira que poderá se quiser modelar-se pelo Estatuto do de Paranaguá, das quais foi um exemplar entregue ao Presidente aclamado. A seguir o Dr Alfredo Bertoldo Klas, já empossado no cargo de presidente da nova sociedade cultural, deixa a presidência da reunião, restituindo-a as Dr Vicente Nascimento Junior o qual depois de agradecer o “convite” do nobre povo palmeirense encerra a sessão. Eu, assinatura de Vicente Nascimento Junior, secretario *ad-hoc* lavrei a presente ata que é assinada pela totalidade dos presentes. “Assinaturas dos demais presentes”. Em tempo: o Dr Antônio Regis sugeriria fosse a novo Instituto tivesse como patrono o saudoso historiador Moises Aqueles. Também falou o Dr Heitor Stockler de França agradecendo a homenagem lhe prestada pelo orador do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. Assinaturas. (Transcrição da ata de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. (Livro ata nº2 p. 36-37 do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá).

O Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira na sua primeira reunião ordinária, após sua fundação fez o seguinte registro:

Ata da 1ª reunião ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e cinco, às 20 horas, nesta cidade de Palmeira, no salão da Biblioteca Pública “Dr Moises Marcondes” no edifício da Prefeitura Municipal, presentes os membros da sua Diretoria provisória, dr Aldredo Bertoldo Klas, Presidente; Fernando Perotta, Vice-Presidente; Oscar Teixeira de Oliveira, 1º Secretário; Petronio Romero Carneiro de Souza, 2º Secretário; Teofilo de Freitas Filho, Tesoureiro e Eurides Teixeira de Oliveira, Relator, teve lugar a 1ª reunião ordinária mensal do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. Aberta a reunião pelo sr Presidente, o mesmo refere-se a fundação deste Instituto no

dia 13 do mês em curso, acontecimento, sem dúvida, das mais expressivas nos anais da história de Palmeira, e cuja concretização se deve ao Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, que houve por bem delegar poderes ao seu 1º Secretário, o historiador Vicente Nascimento Junior para aqui fundar, ao ensejo da visita da caravana da amizade de Paranaguá, o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, e cuja instalação verificou-se em sessão solene realizada no dia 13 de fevereiro de 1955. Em seguida o Sr Presidente em palavras incisivas, delineou os rumos que deve tomar este Instituto, para que assim possa cumprir as altas finalidades a que se destina. Em prosseguimento, ainda com a palavra o Sr Presidente diz da necessidade de elaborar-se o estatuto deste Instituto para o que sugeria que servisse de modelo o atual estatuto do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, com as alterações e modificações que se fizerem necessárias. Sendo este ponto de vista do Sr Presidente acolhido por unanimidade, deliberou-se que posse de imediato objeto de estudos os estatutos deste órgão, para posterior exame e aprovação... (Ata nº 1, livro 1 do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, 1955, p. 1)

Além dos registros em atas, outro material importante que pudemos localizar refere-se ao momento de fundação da entidade, um jornal produzido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá naquele período, onde consta em forma de notícia, a participação da entidade na fundação do IHG em Palmeira.

Documento 2: Jornal do Instituto Histórico de Paranaguá – 1955. Documento cedido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá.

*O Instituto Histórico de Paranaguá em Palmeira*

*Em dias de fevereiro p. passado, o Instituto Histórico e Geográfico*

*clínico patricio, destacando-se entre os caravanciros, além de dignissimas famílias, o historiador Vicente Nascimento Junior, o Dr. Didio*

*Camargo Viana, representando o Prefeito de Paranaguá, o vereador*



*A benção da bandeira de Palmeira ofertada à Municipalidade pelo Instituto de Paranaguá*



*O Dr. Didio Camargo Viana, quando em nome de Paranaguá, entregava ao povo palmeirense a bandeira liame de amizade entre as duas cidades*



*Dr. Alfredo Klos e Heitor S. de França quando na Prefeitura recebiam os caravistas paranaguenses*

*de Paranaguá realizou uma excursão à cidade de Palmeira, com o fim de fundar naquela adiantada comuna do interior um cenáculo, que reúna estudiosos da historia, nos moldes do que ha feito já em outras cidades do Estado.*

*Dessa festa de confraternização e amizade são as fotos que ilustram esta pagina.*

*Presidiu a caravana parnanguara o Dr. Antonio Fontes, estimado*



*Após a benção da flamula. Na foto expressivas figuras da Sociedade Palmeirense. Ao fundo a velha Matriz Secular*

*Mario Macaggi, o Professor Manoel Viana, e Surs. Saboia Lagos, Alceu Marcondes Zanardini, Emilio França, Carlos Cantareli, Algacir Moraes, Demetrio Ochrinowicz, Anthero Regis e Joaquim Marqués.*

*Houtrou nossa caravana indo recepçiona-la em Palmeira, o poeta Heitor Stockler de França, Presidente da Federação das Industrias no Paraná.*



*A sessão inaugural do Instituto Histórico de Palmeira. Na foto o Dr. Antonio Fontes, Prefeito Alfredo Klos, Vereador Mario Macaggi e Dr. Ruy Vieira, representante da Lapa.*



*Nosso redator Anthero Regis, quando em nome da "Caravana da Amizade" agradeceu ao povo Palmeira a gentileza do bronze memorativo colocado no saguão da Prefeitura Municipal, esse cerimonia marcou-se de profundo espirito paranaense.*

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá/PR.

Conforme registro em ata nº 1, a missão do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira naquele período era despertar o interesse da juventude palmeirense para as atividades históricas e culturais, permitindo a integração dos jovens aos propósitos de ideias que levassem à pesquisa, à valorização e à difusão da história da cidade de Palmeira.

Neste mesmo dia, foi afixada no rol de entrada do edifício da Prefeitura Municipal de Palmeira, uma placa comemorativa de recepção aos visitantes com a seguinte inscrição: “A amizade nos uniu em 20-1/1955 visitaram esta cidade os nossos amigos da Lapa e Paranaguá.”

O que chama atenção nesta placa, ao ser confrontado com os registros realizados em livro, é a sua data. Na placa está inscrita a data 20-1-1955, mas a data da visita foi 13/02/1955.

ILUSTRAÇÃO 1: Placa comemorativa fixada no rol de entrada da Prefeitura Municipal de Palmeira em 1955, na recepção dos integrantes do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. Foto tirada por Gabriel Lima Osternacki em 27/04/2020, gentilmente cedida ao autor.



Fonte: Arquivo pessoal.

O IHG de Palmeira teve como primeiros membros fundadores, os palmeirenses Alfredo Bertoldo Klas, Theóphilo José de Freitas Filho, Oscar Teixeira de Oliveira, Fernando Perotta, Petrônio Romero Carneiro de Souza e Eurides Teixeira de Oliveira.

Quadro 1: Membros da primeira diretoria provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. Diretoria composta em 13 de fevereiro de 1955. Quadro elaborado pelo autor.

NOME	CARGO NO IHGP	PROFISSÃO
------	---------------	-----------

Alfredo Bertôldo Klas	Presidente	Militar, político, professor, escritor.
Fernando Perotta	Vice-Presidente	Político, comerciante.
Oscar Teixeira de Oliveira	1º Secretário	Funcionário público, radialista.
Petrônio Romero Carneiro de Souza	2º Secretário	Advogado.
Teophilo de Freitas Filho	Tesoureiro	Político, cartorário.
Eurídes Teixeira de Oliveira	Relator	Professor

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Quadro 2: Composição da segunda diretoria provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira instituída em 11 de março de 1964, após nove anos sem atividade. Esta composição provisória permanecerá até 1970 quando as atividades são novamente interrompidas.

<b>NOME</b>	<b>CARGO NO IHGP</b>	<b>PROFISSÃO</b>
Alfredo Bertôldo Klas	Presidente	Militar, político, professor, escritor.
Fernando Perotta	Vice-Presidente	Político, comerciante.
Oscar Teixeira de Oliveira	1º Secretário	Funcionário público, radialista.
Petrônio Romero Carneiro de Souza	2º Secretário	Advogado
Teóphilo de Freitas Filho	Tesoureiro	Político, cartorário.
Raul Braz de Oliveira	Relator	Professor

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Com base nas informações contida nesta documentação, verifica-se que a primeira diretoria provisória composta em 1955 foi formada por pessoas que detinham algum destaque na sociedade palmeirense. Um exemplo claro disso é Alfredo Bertoldo Klas, que neste ano era o Prefeito de Palmeira, exercendo mandato eletivo.

A segunda composição ocorre em 1964, quando da retomada das atividades da entidade após nove anos de interrupção. Esta segunda composição apenas substitui o nome de Eurídes Teixeira de Oliveira, que faleceu durante este período de inatividade por Raul Braz de Oliveira.

Analisando esta tabela, é interessante destacar quem eram as pessoas que ocupavam o cargo de presidente (militar) e o cargo que o professor ocupava. Nas duas primeiras composições, o cargo de relator sempre foi destinado para um professor ou sejam, poderia evidenciar uma visão de mundo baseado numa certa hierarquia pelos cargos que cada pessoa poderia ocupar dentro da instituição.

Nos primeiros anos de existência, o IHGP realizava seus encontros na biblioteca pública “Dr Moisés Marcondes” instalada no prédio da Prefeitura Municipal de Palmeira. O então Ginásio Dom Alberto Gonçalves, hoje Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves, localizado no Centro de Palmeira, também era utilizado com certa frequência, sobretudo quando as

reuniões tinham um caráter festivo ou que demandavam de um espaço mais amplo. Além destes dois espaços, a Câmara de Vereadores e o Cine Teatro Municipal também eram utilizados.

Ressaltando que, em 1955, tanto a Câmara de Vereadores de Palmeira quanto o Cine Teatro Municipal funcionavam no mesmo edifício da Prefeitura de Palmeira.

No mesmo ano de instalação da entidade, o Executivo Municipal apresentou à Câmara de Vereadores um projeto de lei a fim de reconhecer o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, como entidade de utilidade pública. A normativa para o reconhecimento de uma entidade como de “utilidade pública” se deu pela Lei nº 91 de 28 de agosto de 1935, no qual o governo reconhece oficialmente as entidades privadas que prestam serviços de interesse da coletividade, podendo a partir deste reconhecimento, transferir recursos públicos para o desenvolvimento de atividades que o poder público, por razões diversas, deixa de prestar.

Este projeto de lei foi votado e aprovado por unanimidade, em três discussões, sendo sancionado em 22 de maio de 1955 pelo Sr Prefeito de Palmeira Alfredo Bertoldo Klas, que naquele ano ocupava o cargo de Presidente da IHGP.

Na mesma ocasião, também foi apresentado o projeto de lei nº 316 de maio de 1955, com objetivo de autorizar o Poder Executivo a conceder uma subvenção de custeio no valor de trezentos cruzeiros mensais para o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira.

Em pesquisa realizada junto ao Arquivo da Câmara de Vereadores de Palmeira foi possível localizar o ofício 109/1955, assinado pelo Prefeito de Palmeira encaminhando tais projetos de lei para apreciação dos vereadores. Tal projeto foi aprovado por unanimidade.

Mesmo com a transformação destes projetos, não foram encontrados documentos comprobatórios no acervo do Instituto que demonstrasse o cumprimento efetivo desta lei. Ao que tudo indica, isso não ocorreu.

Além desta questão, as primeiras reuniões realizadas e registradas no livro ata de número 1, já aparece a preocupação dos membros da entidade em redigir um estatuto social e proceder seu registro em Cartório.

O texto base do estatuto foi redigido no primeiro ano de atividade, contudo acabou não sendo registrado. Esta versão original do estatuto será retomada posteriormente e sofrerá modificações para a efetivação do registro apenas em 1999, quando da retomada das atividades da entidade após vinte e oito anos de inatividade.

As duas paralisações das atividades que ocorreram entre 1955 e 1970, parecem ter prejudicado algumas ações, que ficaram em aberto ou que simplesmente deixaram de ser realizadas. Daquilo que a entidade se propôs a fazer, pouca coisa saiu do papel. Até mesmo a elaboração do seu estatuto social não foi concluída pelos dirigentes fundadores. Este documento foi finalizado e registrado em cartório após 1999, quando a Instituição foi reativada por outros integrantes.

Conforme consta em seu estatuto social, o IHG de Palmeira é uma associação civil, de caráter cultural, apolítica, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e duração indeterminada, e que tem por objetivos:

I – ESTUDAR e investigar os aspectos históricos e geográficos que dizem respeito ao Município em particular e no contexto regional e estadual.

II- ESTUDAR os aspectos culturais e linguísticos que se refere aos primeiros ocupantes do território e aos colonizadores que se referem às correntes imigratórias;

III- MANTER vivo o culto às tradições locais e regionais;

IV- COMEMORAR as datas cívicas nacionais, estaduais e municipais, e prestar culto à memória dos grandes vultos de nossa história;

V- PROMOVER E CULTIVAR o intercâmbio com instituições congêneres nacionais e internacionais.

Em linhas gerais, o modo de atuação do IHG de Palmeira possui similaridades com as ações realizadas pelo IHGB e com o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. Contudo, analisando os livros atas do IHGP, percebe-se duas distinções importantes entre a instituição local e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A primeira diz respeito ao fato da instituição local não possuir até o presente momento, uma sede própria para abrigar o seu acervo e a segunda, por não ter conseguido manter uma regularidade em suas atividades após sua fundação em 1955.

É a partir destes fatos que a presente pesquisa será realizada, levando em consideração a documentação produzida pela entidade durante este período e outras produções dos seus membros de forma independente.

A partir do diálogo estabelecido com a atual presidente do Instituto Histórico de Geográfico de Palmeira, Vera Lucia de Oliveira Mayer, foi possível ter acesso parcial a

documentação presente em seu acervo. Nele estão depositados livros, fotos, folders, e parte da hemeroteca do extinto Jornal Cidade Clima, que circulava em Palmeira na década de 1990, além de objetos materiais doados ao Instituto.

Uma das primeiras ações realizadas a partir do acervo e dos livros atas foi o levantamento nominal das pessoas que participaram do processo de criação do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. O levantamento destes nomes é importante para a compreensão do processo e para podermos traçar um perfil de atuação profissional destes sujeitos dentro da sociedade palmeirense naquela época.

Como ocorreu a paralização das atividades em pelo menos dois momentos distintos, a produção intelectual com o selo da Instituição ficou estagnada, mas alguns de seus membros continuaram fazendo trabalhos sobre Palmeira de forma individualizada.

Estas paralizações trouxeram reflexos negativos no que tange a guarda de documentos da instituição. Um exemplo disso, são as cartas enviadas e recebidas pela entidade entre 1955 e 1970. No livro ata nº 1 da entidade, encontramos com frequência momentos onde são mencionados o recebimento ou a expedição de correspondências, mas foi possível localizar tais documentos em seu acervo.

Considerando o cenário posto, a presente pesquisa deverá ser construída com base no conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu e como esta noção de poder se insere nas diversas instâncias sociais. A partir deste prisma, o desenvolvimento desta pesquisa sobre o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira precisa correlacionar e responder fundamentalmente uma questão. Qual é a função do poder simbólico nas instâncias da sociedade?

A questão do poder simbólico na ótica de Bourdieu, passa a ser norteadada pelo habitus que, antes de ser conceituado, ressalva um alerta que o próprio autor faz, dizendo "*a noção de Habitus exprime, sobretudo, a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo*" (BOUDIEU, 2010, p.61).

Sendo que a definição clássica de Bourdieu determina que o habitus deve ser raciocinado como: "*como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes*" (BOUDIEU 2010, p. 190).

Ainda tratando desse poder simbólico, o autor explica que:

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (BOURDIEU, 2010, p. 9).

Assim, os *habitus* formam princípios de um arbítrio cultural, especialmente em sua aceitação de cultura prática, tornando o sentido prático, o saber prático, a evolução estratégica, seguidos por uma lógica prática entre a acumulação de capital cultural e a legitimação social.

Desta maneira, uma vez que o *habitus* figura enquanto produto social torna-se capaz de direcionar as práticas e aspirações individuais, sendo que os agentes sociais quando atuam, terminam por fomentar uma reprodução estrutural da matriz de disposições, além de como as condições objetivas que sustentam esse *habitus* fazem com que o sujeito, aparentemente, não tenha qualquer autonomia, já que suas ações seriam determinadas pelo *habitus*.

Bourdieu, explica que o *habitus* pode ser entendido enquanto um conjunto de propensões onde possibilita que os indivíduos atuem no bojo de uma estrutura social determinada, visando à manutenção de uma dinâmica organizacional pré-estabelecida, de modo que o *habitus* toma conotação conservadora na dinâmica social.

Nesta linha de raciocínio, observamos que nos momentos que Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira esteve ativo, buscou realizar algumas ações que para a manutenção de uma dinâmica social local, por meio do fortalecimento das relações interpessoais por meio da instituição.

Pela inexistência de uma sede própria, o IHG palmeirense, enquanto instituição de personalidade privada sempre precisou de apoio do poder público, sobretudo da Prefeitura Municipal de Palmeira, que ao longo dos anos vêm cedendo espaços da administração para abrigá-lo. Atualmente, a instituição divide um espaço onde funciona a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente na Rua Flávio Santos, Sn no bairro Elias Farajala Bacila.

Já existe por parte da Prefeitura de Palmeira, uma sinalização para a concessão outro espaço à instituição, contudo, a dependência contínua torna de certo modo, o IHGP um “inquilino” da Prefeitura Municipal de Palmeira. Desde a sua fundação, o IHGP sofreu com as

constantes mudanças de endereço. De lá para cá, foram ao menos sete mudanças, o que acarretou em danos ao seu acervo.

A maior contradição do IHGP está justamente nas condições em que seu acervo vem sendo mantido ao longo dos anos. Atualmente, ele encontra-se quase todo encaixotado em uma pequena sala, sofrendo ação do tempo e das traças, conforme pode ser visualizado na foto a seguir.

ILUSTRAÇÃO 2: Situação do acervo Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. Foto tirada em 26 de abril de 2018.



Fonte: Arquivo Pessoal.

É neste espaço onde todo o seu acervo está “guardado”, documentos, fotos, livros, mobiliário e outros objetos adquiridos ao longo dos anos ou recebidos como doação de terceiros. Para eventos públicos utiliza-se de outros espaços da própria Prefeitura de Palmeira, ou de outras entidades públicas e privadas da cidade.

A foto acima foi feita em abril de 2018, e de lá pra cá, as condições de preservação do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira tornaram-se ainda mais desfavoráveis. Em nova visita realizada em 06 de março de 2020, verificou-se, que a sala onde está todo o

material histórico tornou-se o almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde. A foto abaixo dá uma visão geral do ambiente.

ILUSTRAÇÃO 3: Sala onde está guardado o acervo do Instituto Histórico de Palmeira. Foto realizada em 06/03/2020.



Fonte: Arquivo pessoal.

De várias fotos realizadas, selecionamos uma para mostrar a situação do acervo, mas no local foi possível constatar uma vasta gama de produtos que põem em risco o patrimônio documental e histórico da entidade. Além destes materiais mostrados na foto, neste dia da visita, havia no mesmo ambiente, vários produtos químicos do tipo: solvente, material de construção e um produto líquido dentro de sacolas plásticas com o símbolo externo identificando-os como “substância infectante”, o que evidencia uma ameaça eminente de perda parcial ou total do acervo do IHG de Palmeira.

Outro ponto que chama atenção, é o Capítulo II, Art. 4º, do seu Estatuto Social, que trata daquilo que faz parte do patrimônio da entidade, diz assim: “Farão parte do patrimônio tudo que constitui ou possa vir a constar em nome do Instituto, assim como o que venha possuir de

compra, cessão, legado ou herança” (IHGP, 1998), e no parágrafo único do referido artigo diz que:

O patrimônio do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, aqui figurado em bens específicos provenientes de doação ou compra, só poderão ser vendidos mediante leilão, ou doados, após deliberação da Assembleia Geral, sendo que os interessados na aquisição, farão seu lance-proposta em envelope lacrado para posterior apreciação. (IHGP, 1998, p.2).

Há, portanto, uma brecha em seu estatuto que pode permitir a comercialização por meio de leilão, de bens materiais como móveis, documentos históricos, obras de artes e outros objetos que foram incorporados ao seu patrimônio, inclusive aquelas provenientes de doações. É uma contradição com a missão de preservar e uma regra estatutária que deve ser refletida por seus membros. Não se trata aqui do capítulo correspondente a uma eventual dissolução do Instituto.

Este estatuto trata também desta questão no capítulo XVIII, em seu Art. 49, onde consta a seguinte redação “Extinto o Instituto, de acordo com o seu Estatuto Social, seu patrimônio social, respeitadas as doações a ela feitas, será destinado a uma sociedade congênere, municipal, estadual ou federal, legalmente constituída, para ser aplicado nas mesmas finalidades”. (IHGP, 2005, p.10).

Diante desta situação, torna-se evidente as fragilidades da instituição, sobretudo por não ter um local adequado para armazenar documentos e outros objetos, dificuldades de custeios e de manutenção da sua estrutura organizacional, acarretando na impossibilidade de criar uma exposição e abrir para visitação pública. Este acervo é constituído de livros, fotos, jornais e objetos antigos oriundos de doação.

Ao analisarmos a constituição de Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, bem como outras instituições de natureza semelhante, que tem como objetivo a preservação de uma história local ou regional traz à tona a necessidade de refletirmos sobre a diferença entre memória e história. Erroneamente, os dois termos são por vezes utilizados como sinônimos. Sobre esta questão NORA (1993) diz que

História, memória. Longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual,

um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1993, p. 9).

Ou seja, o Instituto Histórico e o Geográfico configura-se como um espaço de memória, pois seus membros sempre estabelecem por meio das atividades institucionais esta relação, este elo entre o presente e o passado, da lembrança e da rememoração dos fatos do passado e de personalidades locais ou regionais. Cabe, portanto, ao historiador problematizar estas memórias, este passado selecionado.

Cabe aqui uma outra reflexão especificamente sobre o instituto de Palmeira. Neste caso, teria o poder público a responsabilidade pelo zelo do acervo? Poderia até ter, mas em primeiro lugar, esta responsabilidade recai sobre os membros do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, pois se trata de uma entidade privada, que ao longo do tempo se colocou como a “guardiã da história” e se propôs a preservar, catalogar, arquivar e ter um acervo próprio, que difere do modelo de arquivo público.

Será que de 1955 até os dias atuais, os membros da entidade não conseguiram mobilizar força enquanto entidade histórica e capital financeiro suficientes que fosse capaz de criar as condições mínimas para a construção de um espaço próprio para sua sede e a efetiva preservação do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira?

Nossa pesquisa possui um limite evidente. Ela se sustenta na análise de documentos oficiais do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira que obtivemos acesso. Parece-nos também que, nem tudo que foi produzido no IHGP ficou guardado e registrado em seu patrimônio, pois não foi possível localizar vários documentos que deveriam estar armazenados em seu acervo. Pode ter se perdido ao longo das décadas ou por razões desconhecidas ter ido parar em arquivos particulares. Por exemplo, as correspondências enviadas e recebidas e ofícios enviados e recebidos que não localizamos.

Contamos com a importantíssima colaboração do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, gentilmente nos cedeu alguns documentos, permitindo-nos realizar uma verificação cruzada de algumas informações. Entre estes documentos, podemos citar a ata de fundação do IHG de Palmeira constante do livro de registro do IHGP de Paranaguá.

Durante estes 65 anos de existência o IHG de Palmeira incentivou os seus membros a terem uma produção intelectual, que na maioria dos casos, deu-se por meio do estudo e da escrita da história de personalidades palmeirenses e de suas atuações no âmbito do município.

Mesmo em períodos de inatividade do IHGP, alguns de seus membros continuavam de forma individual escrevendo suas visões sobre Palmeira e sobre temas diversos. Nem sempre estas produções receberam a chancela pelo Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira.

Uma dessas produções que seria de bastante relevância para análise histórica é o programa de rádio intitulado “Álbum de Recordações” produzido e apresentado por Oscar Teixeira de Oliveira na Rádio Ipiranga entre os anos de 1966 e 1968. Oscar, foi admitido como membro do IHG de Palmeira na fundação em 1955. Em contato realizado com a direção desta emissora de rádio, recebemos a informação não existe nenhum arquivo de áudio destes programas.

Em evento solene realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira no dia 08 de abril de 2000, a senhora Celina Teixeira Soares, leu carta de seu irmão, ambos filhos de Oscar Teixeira de Oliveira, falando da trajetória de vida do seu pai. Em determinado trecho da carta refere-se a este programa de rádio dizendo que

Através da mesma emissora, escreveu e divulgou programa de natureza histórico-cultural sob o título “Álbum de Recordações” no período de 09 de junho de 1966 a 31 de agosto de 1968, num total de 90. Essa série de programas de envolveu os mais variados aspectos de Palmeira em seus antecedentes de tradições: histórias e tradições, usos e costumes, política, religião, cultura, sociedade, folclore, música, datas, acontecimentos importantes, fatos inéditos e pitorescos, biografias, tendo se constituído dentro dos objetivos ou finalidades visadas, não só como fonte para um maior conhecimento de Palmeira, como ainda subsídio para compilação de um trabalho sobre a histórica e tradicional cidade fundada pelo Tenente Manoel José de Araújo, em 07 de abril de 1819. (Livro ata nº 2 do IHGB, 2000).

Ao longo do tempo, alguns membros do IHG de Palmeira desenvolveram atividades culturais ou intelectuais que se assemelhavam as atividades realizadas dentro da entidade, mas estas eram ações individualizadas, pessoais como neste caso do programa de rádio “Algum de Recordações”.

Com base nos registros de reuniões, o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, pode-se verificar que as atividades propostas pela entidade estão organizadas de formas diferentes, conforme a característica de cada ação. Normalmente caracterizavam-se por reuniões ordinárias, extraordinárias e solenes.

A partir das informações constantes no seu livro ata número 1, criamos um quadro consolidando as principais informações a respeito das reuniões, entre 1955 e 1970, período em que a entidade teve mais regularidade em seu funcionamento.

Quadro 3: Reuniões do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, entre 1955 e 1970.

<b>ORDEM</b>	<b>DATA</b>	<b>TIPO DE REUNIÃO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>LOCAL</b>
1 <sup>a</sup>	24/02/1955	Ordinária	Fundação do IHGP.	Biblioteca municipal/edifício da Prefeitura de Palmeira.
2 <sup>a</sup>	07/04/1955	Solene	Comemoração do 136º aniversário de Palmeira.	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.
3 <sup>a</sup>	23/05/1955	Ordinária	Assuntos diversos. (Leis Câmara)	Biblioteca municipal/edifício da Prefeitura de Palmeira.
4 <sup>a</sup>	07/06/1955	Ordinária	Tentativa de obter a doação do Solar de Jesuíno Marcondes e carta ao IHGP de Paranaguá solicitando cópia da ata de fundação do IHG de Palmeira	Biblioteca municipal/edifício da Prefeitura de Palmeira.
5 <sup>a</sup>	10/06/1955	Litero-musical	1ª sessão litero-musical	Clube Palmeirense
6 <sup>a</sup>	12/07/1955	Ordinária	Discussão do texto do estatuto da entidade	Biblioteca municipal/edifício da Prefeitura de Palmeira.
7 <sup>a</sup>	01/08/1955	Ordinária	Discute a participação da entidade nos festejos de 07 de setembro de 1955, que Prefeitura de Palmeira.	Biblioteca municipal/edifício da Prefeitura de Palmeira.
<b>Lacuna temporal de 9 anos sem registros de atividades em ata</b>				
8 <sup>a</sup>	11/03/1964	Extraordinária	Reunião para retomada das atividades do IHGP, que ficaram paralisadas desde agosto de 1955.	Biblioteca municipal/edifício da Prefeitura de Palmeira.
9 <sup>a</sup>	17/03/1964	Ordinária	Recomposição de membros na diretoria.	Câmara de Vereadores/Prédio da Prefeitura Municipal de Palmeira.

10 <sup>a</sup>	14/04/1964	Ordinária	Organização de evento futuro para celebrar 30º aniversário de falecimento de Manoel Demétrio de Oliveira.	Câmara de Vereadores/Prédio da Prefeitura Municipal de Palmeira.
11 <sup>a</sup>	01/5/1964	Extraordinária	Reunião com a finalidade de dar posse aos novos membros da entidade.	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.
12 <sup>a</sup>	12/05/1964	Ordinária	Sugere-se a organização do 1º Encontro do povo palmeirense	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.
13 <sup>a</sup>	07/06/1964	Extraordinária	Reunião com a finalidade de dar posse aos novos membros da entidade.	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.
14 <sup>a</sup>	06/07/1964	Ordinária	Planejamento de homenagem a Manoel Demétrio de Oliveira durante o 1º Encontro do povo palmeirense.	Residência de Arthur Orlando Klas.
15 <sup>a</sup>	31/07/1964	Ordinária	Para tratar das festividades em comemoração à Manoel Demétrio de Oliveira durante o 1º Encontro do povo palmeirense.	Residência de Arthur Orlando Klas.
16 <sup>a</sup>	05/08/1964	Ordinária	Para tratar das festividades em comemoração à Manoel Demétrio de Oliveira durante o 1º Encontro do povo palmeirense.	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.
17 <sup>a</sup>	12/08/1964	Ordinária	Para tratar das festividades em comemoração à Manoel Demétrio de	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.

			Oliveira durante o 1º Encontro do povo palmeirense.	
18ª	20,22,23/08/1964	Ata de registro das solenidades programadas	1º Encontro do povo palmeirense e ao 30º aniversário de falecimento de Manoel Demétrio de Oliveira	Diversos espaços de Palmeira.
<b>LACUNA DE MAIS DE 1 ANO SEM REGISTRO DE REUNIÕES</b>				
19ª	22/09/1965	Ordinária	Organização do 2ª Encontro do povo palmeirense e homenagem à professora Emília Faria Ericksen	Residência de Arthur Orlando Klas.
20ª	13/10/1965	Ordinária	Discussão do programa a ser executado durante o 2º Encontro do povo Palmeirense	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.
21ª	08/06/1966	Ordinária	Retoma a discussão do programa que deveria ter sido executado durante o 2º Encontro do povo Palmeirense nos dias 27 e 28 de novembro do ano anterior, 1965,	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.
22ª	15/06/1966	Ordinária	Reexame do programa do 2º Encontro do povo Palmeirense e homenagem a Emília Faria Ericksen	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.
23ª	21/06/1966	Ordinária	Reunião que antecederia o 2º Encontro do	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.

			Povo Palmeirense.	
24 <sup>a</sup>	25 e 26/06/1966	Solene	2º Encontro do Povo Palmeirense e homenagem a Emília Faria Ericksen	Cine Teatro Municipal de Palmeira.
25 <sup>a</sup>	15/04/1967	Extraordinária	Recepcionar alunos da Faculdade de Filosofia de Ponta Grossa.	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.
26 <sup>a</sup>	09/08/1967	Ordinária	Assuntos diversos. Preparação para homenagens ao Tenente Antonio Joaquim de Camargo	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.
27 <sup>a</sup>	30/08/1967	Ordinária	Discussão do texto base do estatuto do IHGP	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.
28 <sup>a</sup>	26/10/1967	Ordinária	Participação na 8ª Semana dos estudantes secundaristas de Palmeira.	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.
29 <sup>a</sup>	24/03/1968	Assembleia extraordinária	Eleição para escolha da nova diretoria em substituição a direção provisória	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.
30 <sup>a</sup>	06/04/1968	Solene	Festividade em comemoração 149º ano de “fundação” de Palmeira.	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.
31 <sup>a</sup>	07/04/1968	Posse nova diretoria	Posse da nova diretoria em substituição à direção provisória anterior	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.
32 <sup>a</sup>	27/09/1969	Extraordinária	Solenidade de recepção de novo membro, engenheiro Ivo Arzua Pereira.	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.
33 <sup>a</sup>	22/10/1970	Solene	Centenário de nascimento de	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.

			Otoni Ferreira Maciel	
34 <sup>a</sup>	22/11/1970	Solene	Centenário de nascimento de do professor José Nogueira dos Santos	Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.

Tabela 1: Elaborada pelo autor.

Esta compilação de informações contidas em todas as reuniões realizadas no período citado, dá-nos um parâmetro da frequência dos encontros, assuntos tratados, local de realização e o dia e ano em que aconteceram. A partir de 1970, novamente há uma interrupção das atividades que somente serão retomadas em outubro de 1998.

As atividades da Instituição tornaram-se quase que esporádicas em virtude da própria dificuldade da entidade em ter um espaço físico adequado para a realização de suas atividades. As mais de trinta reuniões constante na tabela acima demonstram a tentativa de construção de uma instituição sólida, mas que no decorrer do caminho não conseguiu manter-se regular em suas atividades.

## CAPÍTULO 2 - O IHGP E A HISTÓRIA DE PALMEIRA

### 2.1 - A História de Palmeira antes da criação do IHGP.

A fundação e evolução político-administrativa de Palmeira é bem conhecida. Tomando-se os atos normativos deste estatuto tem-se o seguinte quadro:

Quadro 4: Atos oficiais relacionados à história política de Palmeira.

NOMENCLATURA DO ESPAÇO	TIPOLOGIA DO ATO OFICIAL
Doação das terras para a nova igreja	Registro doação lançado no livro tomo da Paróquia Imaculada Conceição de Palmeira. 07 de abril de 1819.
Freguesia Nova da Palmeira	Por invocação de Nossa Senhora da Conceição em 1833.
Elevação à categoria de Vila	Lei Provincial nº 181 de 03 de maio de 1869.
Delimita o território urbano da Vila da Palmeira e da freguesia de São João do Triunfo	Decreto provincial nº 673 de 1881.
Cidade de Palmeira	Lei Estadual nº 238 de 09 de novembro de 1897.

Fonte: Arquivo Público do Paraná com adaptação do autor.

Quando se busca produções historiográficas acerca da história da cidade de Palmeira, a primeira impressão que se tem é de que, o que existe é algo trivial, uma narrativa já consolidada, e que pouco coisa pode ser alterada.

Em várias cidades paranaenses, a escrita da história de sua história esteve em grande parte a cargo dos memorialistas locais. No caso de Palmeira, até as produções de caráter histórico são poucas. Outras obras vão para o campo da literatura ou de bibliografias de figuras locais. Aquilo que foi escrito sobre Palmeira ao longo dos anos, sempre olharam pelo prisma dos vencedores, selecionando e polindo acontecimentos para a manutenção do *status quo*, enfim, para a conservação da ordem social vigente, a manutenção dos grupos econômicos locais, a manutenção dos grupos políticos no poder, entre outros interesses correlacionados.

E quem são estas pessoas que escreviam sobre Palmeira? A grande maioria são pessoas pertencentes à famílias com grande poder econômico e político, que se projetam também como pertencentes a uma elite intelectual local.

A historiografia local consagrou o ano de 1819, como ano de fundação da cidade de Palmeira, fato este que está intrinsecamente relacionado com a mudança da Paróquia Colada de Tamanduá para outro local dentro da Fazenda Palmeira, em um terreno doado para a construção de uma nova igreja e que viria ser a nova sede paroquial. Oficialmente, Palmeira se torna um município apenas no ano de 1869, sendo seu território desmembrado do território de Curitiba.

Outras cidades da região surgem em épocas muito próximas à de Palmeira. Podemos citar como exemplo, à Lapa 1769, Castro 1778, Ponta Grossa 1823 e Jaguariaíva 1823.

Um fator relevante no processo de ocupação destes territórios foi à concessão de terras por meio de sesmarias pelo governo português a colonizadores interessados na exploração econômica destes locais.

A ocupação deste espaço geográfico não foi produto do acaso. Muito do poder econômico e político das famílias “tradicionais”, consideradas como fundadoras de Palmeira advêm deste momento, em que o governo colonial no brasileiro lhes concede vastas extensões de terras para serem exploradas.

O surgimento de Palmeira, bem como de outras cidades da região são decorrentes de um processo mais complexo e distante no tempo. No decorrer dos anos, bandeirantes e ordens religiosas ligadas à Igreja Católica vão também adentrando cada vez mais o interior do território brasileiro, instalando igrejas, explorando os recursos naturais e estabelecendo as primeiras freguesias e vilas que, posteriormente tomam proporções maiores, sendo assim, elevadas a condição de cidade.

Assim como na historiografia das outras cidades da região, a narrativa histórica sobre Palmeira exalta o Tropeirismo como um acontecimento fundamental para o surgimento da cidade e para o desenvolvimento econômico da região. Nesta perspectiva, a historiografia destaca o ir e vir das tropas entre Sorocaba em São Paulo e Viamão no Rio Grande do Sul, que criaram as condições de uma relação de comércio e o estabelecimento de pontos para descanso, tanto para os viajantes quanto para os animais.

De modo geral, esta história de Palmeira quase sempre tem como ponto de partida o movimento tropeiro, a construção da Igreja Matriz, a chegada de imigrantes europeus numa e a instalação da Colônia Cecília, como um fato extraordinário, idealizado pelo engenheiro italiano Giovanni Rossi, que é tratado como um acontecimento a parte do movimento migratório europeu para o Sul do Brasil.

Um dos temas mais retratados pelos memorialistas e historiadores é a doação das terras para a construção de uma igreja em madeira, que depois se tornou a Igreja Matriz de Palmeira. Para SOARES (2013), organizador da segunda edição do livro “Pai e Patrono” escrito pelo palmeirense Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, diz que,

A história da fundação da atual cidade de Palmeira, do Estado do Paraná, liga-se tão intimamente com a da antiga Capela de Tamanduá, que consignaremos aqui o que desta se sabe, para mais completo conhecimento daquela. (SOARES, 2013, p. 264).

O autor ainda cita o geógrafo paranaense Sebastião Paraná, que em sua obra Geografia do Paraná publicada em 1899, já trazia informações sobre esta capela. Diz ele: “A Capela de Nossa Senhora do Carmo foi construída em 1709 pelos frades carmelitas, no lugar denominado Tamanduá”. (Idem p. 264).

Para o juiz de Direito James Macedo Portugal, que foi membro do IHG de Palmeira e autor do livro editado em 1940 “Pequena Contribuição Para a História da Comarca de Palmeira”

No princípio do século passado, Antonio Luiz Tigre fez doação a Nossa Senhora do Carmo, de meia légua de terra e edificou uma capela, a que deu o nome de Tamanduá. Com o andar dos tempos, foi ela tomando incremento, até que chegou ao maior esplendor, e por alvará de 20 de março de 1813, foi desmembrada da freguesia de Curitiba e elevada a freguesia coláda. Começou depois a declinar, quando o vigário dela, Antonio Duarte Passos, sempre em luta com o prior ou guardião do Carmo, se resolveu a estabelecer a igreja em outro lugar, e obteve de Manoel José de Araújo a doação de terreno em que está hoje assentada a matriz de Palmeira. (MACEDO, 1940. p.6).

O seu relato continua dizendo que um dos motivos principais de declínio, que corroborou para o desejo de transferir a igreja para outro local se deu em virtude das condições geográficas da região onde ela estava instalada.

Tamanduá era mal situado, em um recanto mal servido de água potável e dispondo apenas de um pequeno capão para abastecimento de lenha. Quase todos os moradores estavam instalados a grande distância e muitos deles na dependência do rio Papagaios, rio que no período de chuvas era temeroso e já tinha custado a vida de alguns. Tudo isso concorria para que frequentassem pouco a povoação e a igreja, e deu motivo a mudança da freguesia. (MACEDO, 1940. p. 6).

Destes fatos, teria nascido a ideia de mudar a freguesia para um capão de terras denominado Palmeira dentro de uma fazenda com o mesmo nome de propriedade do Tenente Manoel José de Araújo e sua esposa D. Ana Maria da Conceição de Sá.

Foram eles efetivamente que doaram as terras necessárias à transferência da freguesia, e facultaram ao primeiro vigário – Padre Antônio Duarte dos Passos – a escolha do local, assim como lhe forneceram meios, seus próprios e de

outros moradores, para a construção da primeira igreja, ainda em madeira. (SOARES, 2013, p. 34).

Não é possível precisar a data exata da transferência da freguesia ligada à Capela Colada do Tamanduá para o seu novo local, Palmeira. Segundo MACEDO (1940), no período em que a Igreja Matriz de Palmeira completaria o seu centenário, portanto em 1937, vários estudiosos palmeirenses dedicaram atenção à história da cidade e certa polêmica foi travada entre David Carneiro e Walfrido Piloto, jovens intelectuais da época que se debateram em torno de esclarecer a data exata da “fundação” de Palmeira. Segundo ele

Tem havido controvérsia a respeito da data de fundação da Palmeira. Segundo Hilaire, ocorreu essa fundação em 1817; segundo Moysés Marcondes, em 1820 mais ou menos, foi transferida a freguesia de Tamanduá para a Palmeira. Alcebiades Plaisant afirma que até 1820 a sede da freguesia ainda era Tamanduá. São comuns em assuntos históricos as controvérsias. Dificílimo e às vezes impossível, fixar-se com exatidão datas de fatos passados. (MACEDO, 1940, p. 8).

O ponto central desta polêmica seria pelo fato de que David Carneiro, em seu livro “História da Palmeira” teria afirmado que o ano de “fundação” da Palmeira foi 1807 e não 1819, sua data oficial, que marca a doação de terras para a construção da Matriz Nossa Senhora Imaculada Conceição. Diz ele

A respeito da data de fundação da Palmeira, os nossos historiadores não estão acordes. A mais recente e interessante polemica em torno desse fato, foi a travada entre os nossos conterrâneos David Carneiro e Walfrido Piloto. Paranaenses ilustres, moços de talento e valor, procuraram com erudição esclarecer a verdade, prestando com isso, relevantes serviços à sua terra. (MACEDO, 1940, p.8).

Contudo, tal polêmica parece ter sido superada naquela época, levando-se em consideração que o clima era de comemoração do centenário e por não ter sido apresentado nenhum documento oficial que pudesse contradizer aquela versão que vinha sendo cristalizada ao longo dos anos. O livro tomo nº 1 da Igreja Matriz Nossa Senhora Imaculada Conceição, que pertenceu à Igreja do Tamanduá na página de número 11 contém o termo de doação do terreno onde haveria de ser construída a nova igreja, e por consequência, a nova freguesia.

Há sem dúvidas nesse acontecimento dois fatos que precisam ser considerados: O primeiro deles é que parece ter ocorrido um conflito entre os religiosos que resultou na mudança da Igreja de Tamanduá para outro local. Fato este obscuro, que a historiografia ainda precisa elucidar. Outro ponto é que se associou a construção da nova igreja a fundação da cidade, embora sejam fatos distintos, ao longo do tempo e com as narrativas tecidas sobre os fatos ganharam uma relação lógica.

Além disso, o decreto nº 673 de 17 de abril de 1881, Art 2º diz que o perímetro da Vila da Palmeira seria constituído conforme termo de doação feito em 7 de abril de 1819 pelo proprietário da terra, o Tenente Manoel José de Araújo. Neste decreto, traz informações importantes com relação ao ordenamento da “Villa da Palmeira”, as formas de renda obtidas por meio dos impostos e os limites territoriais com a freguesia de São João do Triunfo.

A implantação da “Freguesia da Palmeira” vai ser efetivada na prática a partir da doação das terras para a construção da nova igreja, mas de modo oficial, somente em 1833, por invocação de Nossa Senhora da Conceição, já que neste período, a Igreja Católica como igreja oficial do governo brasileiro, era a responsável por uma série de atos administrativos do governo.

O terreno doado em 1819 foi incorporado aos bens municipais somente em 1872, quando a Câmara de Vereadores apresentou e a Assembleia Legislativa Provincial aprovou a Lei 337 de 19 de abril de 1872.

Embora referido decreto cite Manuel José de Araújo como “fundador” da “villa”, o termo pode ter sido utilizado como mera formalidade oficial, pois a doação das terras onde foi estabelecido o círculo urbano da freguesia tinham como o objetivo a construção de uma nova igreja, em terreno doado pelo Tenente Manuel José de Araújo e sua esposa Ana Maria da Conceição de Sá. Posteriormente foram acrescentadas neste território inicial, as terras doadas pelo Barão de Tibagy e por Josepha Joaquina de França.

Se a doação feita por Manuel José de Araújo e sua esposa, foi para permitir a mudança uma freguesia até então instalada em local denominado Tamanduá, a utilização do termo “fundador” não está correto, embora esta ação indiretamente tenha contribuído para o surgimento da Vila.

Em 23 de agosto de 1888, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou a lei nº 912, estabelecendo as divisas entre a vila da Palmeira e a freguesia de São João do Triunfo, com base em picada realizada pelo então Engenheiro Rebouças.

É importante destacar que Palmeira está entre os municípios mais antigos do Paraná e está entre os vinte maiores territórios, todavia este espaço já foi muito maior, sendo que já se desprenderam do seu território os antigos distritos de Entre Rios (Guaragi) e o distrito de Porto Amazonas, que foi elevado à condição de município em 1947.

Posteriormente, surgiu o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. Suas atividades acontecem reafirmando feitos, exaltando personalidades locais, rememorando fatos ou permitindo que outros acontecimentos sejam esquecidos.

## **2.2 - A história de Palmeira produzida pelos autores do IHGP.**

No capítulo anterior já citamos que o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira possui algumas diferenças importantes se comparado com outras instituições da mesma natureza instalados em outras cidades do Paraná. O fato da entidade de Palmeira não ter um acervo físico organizado de forma adequada é um fato que deve ser considerado.

No início desta pesquisa quando do primeiro contato com a documentação existente, foi possível constatar que não seria muito fácil, tendo em vista as condições desfavoráveis de armazenamento deste material histórico.

Desde o começo, ao manusear diferentes tipos de documentos me chamou a atenção o recorrente interesse dos membros da entidade em escrever sobre Palmeira, valorizar personalidades locais e contar uma história do município de forma mais organizada.

O que havia até então eram documentos ligados à Igreja Católica e outros documentos oficiais da administração municipal ou da Província/Estado do Paraná, dispersos em vários locais. Mas o que selecionar para mostrar a visão dos membros do IHGP sobre Palmeira? Sobre Colônia Cecília? Sem dúvidas tornou-se um grande desafio.

O Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira transmite uma imagem de entidade consolidada, de grande respeito e de referência para trabalhos sobre a história de Palmeira, mas analisando por dentro, seus documentos e sua organização interna percebe-se suas fragilidades.

De 1955 até 2020, ocorreram mais de uma suspensão de atividades por motivos não muito claros. Se formos procurar livros, por exemplo, com a chancela da Instituição, iremos encontrar poucos, mas há vários livros escritos por membros que fizeram parte do IHGP no decorrer destes anos. Um livro chancelado pelo Instituto Histórico e Geográfico leva o selo da instituição, um reconhecimento de que determinada produção intelectual está dentro da linha de atuação e dos objetivos da instituição.

Durante esta pesquisa pudemos localizar alguns livros escritos por membros do IHGB. São livros que tratam de temas variados relacionados a Palmeira. Abaixo, relacionamos em uma tabela alguns desses livros, seus autores e uma breve descrição biográfica desses escritores.

Quadro 5: Membros do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira que publicaram livros sobre Palmeira<sup>2</sup>.

<b>AUTOR(A)</b>	<b>DATA DE NASCIMENTO/FALECIMENTO</b>	<b>FORMAÇÃO/ATUAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>LIVROS ESCRITOS</b>
Dr. James Portugal Macedo	- Nasceu em 28/08/1901. - Faleceu em 1989.	- Bacharel em Direito - Promotor de Justiça - Juiz de Direito - Desembargador	- Pequena contribuição para a História da Comarca de Palmeira no Estado do Paraná.
Arthur Orlando Klas	- Nascimento em 27/10/1931. - Falecimento em 06/07/2015	- Dentista - Professor de História e Geografia. - Escritor - Presidente do IHGP (1999-2002)	- Recordar é viver. - Retrato de família.
Astrogildo de Freitas	- Nascimento em: 30/08/1901 - Falecimento em: 19/03/2005.	- Professor de Hidráulica Agrícola na Universidade Federal do Paraná. - Foi diretor regional dos Correios e Telégrafos do Paraná. - Membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, do IHG de Palmeira e do Centro do Letras do Paraná.	- Palmeira Reminiscências e Tradições (1977). - Palmeira Reminiscências de Tradições II (1984).
Luiz Gastão Gummy	- Nasceu em 08/06/1953	- Formado em técnico em contabilidade. - Trabalhou no setor de Recursos Humanos de diversas empresas.	- Visões do Passado.

<sup>2</sup> As informações contidas neste quadro foram coletadas das apresentações dos autores em seus respectivos livros.

Rogério Geraldo Lima	- Nasceu em 21/12/1962.	<p>- Formado em Letras Português/Inglês pela UEPG em 1986.</p> <p>- Desde 1981 atuou em diversos veículos de comunicação em Palmeira e Ponta Grossa, como diagramador, repórter, redator, diretor de redação, editor e locutor.</p> <p>- Foi vice-prefeito de Palmeira entre 1997 e 2000.</p> <p>- Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira desde 1999.</p>	O Anarquista Pimpão.
Arnoldo Monteiro Bach	- Nasceu em 14/01/1960.	<p>- Formado em Letras pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Irati (1985).</p> <p>- Especialista em Fundamentos, Teoria e Análise do Processo Instrucional, em nível de 3º Grau pela UFPR.</p> <p>- Radialista</p> <p>- Membro da Academia de Letras dos Campos Gerais.</p> <p>- Proprietário do Espaço Cultural Sítio Minguinho.</p> <p>Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira.</p>	<p>- Colônia Cecília</p> <p>- Carroções</p> <p>- Carroções: outras histórias</p> <p>- Vapores</p> <p>- Alemães do Volga</p> <p>- Trens</p> <p>- Tropeiros</p> <p>- Porcadeiros</p> <p>- Diligências</p> <p>- Contos mágicos</p> <p>- Contos fantásticos</p>

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em relação a esta produção bibliográfica podemos afirmar vislumbrar quais temas eram mais recorrentes, visões de mundo, o desejo de manter viva uma memória local e a tentativa de construção de identidades que se identificam com esta história da cidade.

No próximo capítulo, vamos dar ênfase a um tema que ao longo dos anos tem tido grande destaque entre os escritores locais e membros do IHG de Palmeira. Trata-se da experiência anarquista idealizada pelo italiano Giovanni Rossi, a Colônia Cecília.

## **CAPÍTULO 3 - A COLÔNIA CECÍLIA A PARTIR DOS MEMBROS DO IHGP**

---

Neste capítulo abordaremos alguns elementos históricos que nos permitiu vislumbrar os limites da historiografia produzida pelos autores do IHGP, a construção da memória local e da escrita de uma versão sobre a história da Colônia Cecília, ampliando assim os conhecimentos históricos sobre o tema, sobre a cidade e sobre a região na qual está inserida. A Colônia Cecília tem sido assunto recorrente entre vários escritores membros da entidade e neste sentido, a análise de livros, por exemplo, “Colônia Cecília” de Arnaldo Monteiro Bach, “O Anarquista Pimpão” de Rogério Geraldo Lima, e de outras produções sobre a Colônia Cecília permitem identificar como esta história é retratada, que conceitos são utilizados e como isso repercute para além das fronteiras de Palmeira.

### **3.1- Colônia Cecília: Uma Experiência Anarquista**

No final do século XIX, com o declínio do Período Imperial, com a assinatura da Lei Áurea e o advento da Proclamação da República, o Brasil começa a trilhar um novo caminho, que coloca inúmeros desafios a serem superados. A mudança de concepção em relação ao tipo de mão de obra empregada no campo, sobretudo nas grandes fazendas de café, fazendo com que o governo Republicano lançasse mão de uma intensa campanha para trazer imigrantes europeus ao Brasil.

Para MEHRET, (2018)

Os imigrantes europeus que chegaram ao Brasil trouxeram consigo muito mais que força de trabalho para as lavouras cafeeiras e para a industrialização nascente. Com eles vieram também às ideias de organização, militância e união dos trabalhadores pelo viés socialista e, principalmente com a imigração italiana, o anarquismo. (MEHRET, 2018, p.15).

A chegada destes povos ao Brasil vai ter grande influência na formação da sociedade brasileira em todas as áreas. Do ponto de vista do governo brasileiro e da elite econômica dominante naquele período, era preciso inserir na sociedade brasileira o “elemento estrangeiro”, que possibilitasse o “branqueamento” e melhorasse a imagem do Brasil no exterior tão marcada pelo estigma do regime escravocrata.

Naquele momento, o Brasil coloca sua força no sentido de mostrar-se para a Europa, visando despertar o interesse daqueles que desejavam tentar uma nova vida fora do território europeu e assim sendo

As políticas de incentivo à imigração e à colonização provincial estiveram acompanhadas de um conjunto de expectativas, presentes tanto entre os recém-chegados europeus como entre as elites locais. Quanto aos viajantes e seu destino, os agentes de propaganda na Europa haviam divulgado as riquezas deste “Novo Mundo”, sobretudo a fertilidade do solo e seu clima favorável ao desenvolvimento de uma agricultura semelhante a europeia. Quando à cena política provincial, evidenciava-se uma identificação das elites com ideais de progresso e civilização, conduzindo-se também uma associação da figura do imigrante europeu às qualidades do labor. (LAMB, 1994, p.2).

No caso específico do Paraná

O “problema imigratório” foi definido com base na necessidade de criação de uma agricultura de abastecimento, em resposta à escassez e à carestia dos produtos agrícolas. Como resultado desta política, o cenário provincial foi continuamente transformado, com a chegada e instalação de contingentes imigratórios de procedência variável. (LAMB, 1994, p.1).

Em sua obra *A era do capital: 1848-1875*, Hobsbawm é categórico ao responder a questão: Por que pessoas emigravam?

Sobretudo por razões econômicas, quer dizer, porque eram pobres. Na Europa, os homens deixavam o campo devido à crescente concentração fundiária e à mecanização na agricultura que produzia a diminuição das oportunidades de trabalho rural; o movimento de população também se dava no sentido cidade-cidade, já que, com a industrialização e conseqüentemente concorrência com produtos de fábricas, artífices e artesãos viam-se às portas da proletarização. (HOBSBAWM, 1982. p.213).

A vinda de grande número de pessoas da Europa para o Brasil não pode ter entendido aqui como um movimento natural. Estas pessoas lançaram-se rumo ao desconhecido porque as condições de vida no velho continente não eram boas. Saíram em busca de melhores condições de trabalho e vida.

Para SEYFERT (1990),

No século XX é para o Paraná que se dirige o fluxo migratório vindo da Europa(...) engrossado por inúmeras famílias egressas de outras áreas coloniais mais antigas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Ocorre também, com alguma constância, a saída de famílias e indivíduos das áreas coloniais para as cidades maiores como Porto Alegre e Curitiba, em parte motivada pelo esgotamento e parcelamento dos lotes coloniais, em parte pelas possibilidades de ascensão social na medida em que diminui a entrada de novos imigrantes do Leste europeu, poloneses e italianos, e, em época mais recente, japoneses. (SEYFERT, *apud* MAGALHÃES, 2001, p. 30).

A pesquisadora italiana Isabelle Felici escreveu diversos trabalhos sobre a migração italiana para o Brasil, entre eles destaca-se o artigo intitulado, *A Verdadeira História da Colônia Cecília*. Neste trabalho, logo de início, a autora diz que houve muita distorção sobre a história da Colônia Cecília, ao ponto de certos acontecimentos terem ganhado um caráter muito mais fictício do que realmente foi naquele período. Contudo, a própria autora reconhece que se esta história tivesse sido escrita como realmente aconteceu à época, provavelmente não teria se tornado tão conhecida nacionalmente e internacionalmente e, conseqüentemente, a Colônia Cecília não seria um marco de destaque no contexto histórico do município de Palmeira.

Segundo a autora

É muito provável que, se a lenda não se tivesse apoderado da história da Cecília, transmitindo uma visão desviada da verdade, a experiência comunitária não teria impressionado tanto as imaginações. De fato, apesar da presença de alguns antigos colonos da Cecília no movimento anarquista de São Paulo e na imprensa anarquista no Brasil, nem a colônia, nem seu fundador, Giovanni Rossi, deixaram traços profundos na história do movimento operário, nem italiano, nem brasileiro. Em compensação, esqueceu-se frequentemente que a colônia Cecília é também fortemente ligada à história da imigração italiana no Brasil, porque, em muitos aspectos, a experiência dos colonos da Cecília é muito próxima da de outros emigrantes italianos do fim do século XIX. A Cecília nasceu, aliás, no momento em que a vaga de emigração italiana em direção ao Brasil era mais forte. (FELICI, 1998, p.1).

Em trabalho publicado na revista *Morus – Utopia e Renascimento* DECCA (2015), analisou a questão da literatura utópica italiana e a vida de Giovanni Rossi e tentativa de verificação prática dos ideais anarquistas diz que

A memória histórica dessa colônia de anarquistas é fruto muito mais da ficção literária do que de trabalhos historiográficos. Assim como a memória da Colônia Cecília, a vida e a obra de Giovanni Rossi também é uma mistura de ficção e realidade. Neste sentido, ainda que seja pouco conhecido os escritos e as experiências utópicas de Giovanni Rossi, o estudo de sua obra contribuiu para se conhecer melhor a grande imigração italiana para o Brasil do século XIX. (DECCA, 2015, p.3)

Giovanni Rossi sempre procurou descrever minuciosamente suas experiências. Seus escritos baseados no rigor científico buscavam efetivar uma sociedade libertária anarquista em contraponto a sociedade capitalista em ascensão, sobretudo na Europa, que pode ser visto como um sinal de resistência a um modelo que pretendia ser hegemônico e dominante.

Para DECCA (2015),

As ideias de liberdade são mobilizadas em favor da sociedade, principalmente na valorização do indivíduo frente aos poderes do Estado ou de qualquer outra organização centralizadora e autoritária. A nossa escolha pelos escritos utópicos de Giovanni Rossi foi motivada por esse interesse no estudo de

momentos históricos onde o pensamento social projeta utopias que a buscam a emancipação da sociedade, com ênfase principalmente na valorização do indivíduo e da liberdade. (DECCA, 2015, p. 3)

A historiadora Isabelle Felici comenta que a história da Colônia Cecília é indissociável do projeto de vida do seu fundador.

Os numerosos artigos que ele apresentou na imprensa italiana anarquista e socialista, apelos que ele lançou às associações, federações, partidos políticos, suscetíveis, a seus olhos, de ajudá-lo, tinham todos por objetivo expor seu projeto de comunidade ou após 1890, apoiar a experiência em curso no Brasil. O mesmo objetivo de propaganda, Rossi funda, além disso, seu próprio jornal, *Lo Sperimentale*, em 1886. Ele desenvolve igualmente seu projeto de comunidade em um romance utópico, *Un Comune Socialista*, no qual a personagem feminina tem por nome Cecília – que teve cinco edições entre 1875 e 1891. (FELICI, 1998, p. 9).

Apesar da sua luta pelo ideal, e da efervescência que suas ideias traziam nas pessoas, Giovanni Rossi não estava no centro das discussões políticas na Itália.

A atividade de Rossi é completamente marginal no contexto político italiano da época. De fato, por mais que ele seja exposto, como todos os membros da Internacional no último quarto de século XIX, às repressões que assolam então a Itália, Giovanni Rossi fica à margem do debate político que divide socialista e anarquista e propõe uma terceira via, científica esta, para resolver o problema social, a do “socialismo experimental”. (FELICI, 1998, p. 10).

As ideias de implantação de uma comunidade experimental no Brasil são para alguns motivos de esperança diante dos problemas sociais que a Europa enfrentava. Porém, para outras pessoas, a migração do ponto de vista da luta de classe era vista como uma fuga, uma deserção diante de um problema social que poderia ser solucionado por meio da revolução. (Felici, 1998) cita trecho da carta publicada no jornal *La Rivendicazione*, de Errico Malatesta com sua desaprovação e pede para que os anarquistas lutem contra a emigração, dizendo que este processo seria “válvula de escape que afasta a explosão revolucionária” e continua dizendo em sua carta que:

O dever dos revolucionários é o de fazer todo o esforço para fazer compreender aos miseráveis que a miséria existe lá como aqui, e que o remédio, se querem, podem encontra-lo ficando onde estão e rebelando-se contra os patrões para tomar de volta aquilo que eles mesmos produziram. (FELICI, 1998, p. 11).

Em outro trecho da carta, Malatesta diz:

De qualquer modo, se Rossi que fazer o experimento, que o faça; mas que deixe em paz os socialistas, deixe em paz os revolucionários e recolha os pobres trabalhadores, que ainda não ouviram falar do socialismo. Que prefira os mais degradados, os mais embrutecidos e faça a nobre tentativa de elevá-los à dignidade humana, ou melhor, de pô-los em condições de elevar-se de si mesmos por meio do trabalho, da liberdade e do bem-estar [...] Que Rossi vá

ao Brasil repetir tardiamente, quando o problema social já se tornou gigante e reclama solução urgente e geral, os experimentos de diletante, com o qual os precursores do socialismo encheram a primeira metade deste século. Quando a fome pega pelo pescoço o proletariado, e a revolução se apresenta como dilema de vida ou de morte diante da humanidade, sair do jogo é coisa de pusilânime. Parece-me que hoje quem parte, deserta diante do inimigo no momento da batalha. (FELICI, 1998, p. 11).

Antes de vir para o Brasil e implantar a Colônia Cecília, Giovanni Rossi lutou por vários anos para que projetos similares fossem executados em território italiano. Um exemplo é a experiência comunitária chamada de *Cittadella* numa aldeia ao norte da Itália em Stagno Lombardo que durou apenas dois anos.

A decepção com a experiência e o desejo de tentar novamente está representada na edição de 1891 do romance *Un Comune Socialista*, Rossi diz que

Lá pelo fim de 1889, depois que um ensaio imperfeito em Stagno Lombardo não tinha correspondido às minhas esperanças, eu tinha me decido a ir para uma das duas colônias coletivistas fundadas recentemente na América do Norte – Kaweah na Califórnia ou Sinaloa no México – quando Archille Dondelli de Brescia, em seu nome e no de outros companheiros, me propôs de ir fundar uma colônia na América do Sul. O leitor entenderá logo que eu aceitei como todo aquele entusiasmo que se tem no coração aos trinta e quatro anos. (ROSSI *apud* FELICI, 1998, p. 12).

Neste momento, Rossi tinha a pretensão de realizar nova tentativa de sua experiência no Uruguai, mas segundo Alessandro Cerchiai em carta publicada em São Paulo pela revista, *Quaderni dela Libertá* diz que “ele foi impedido pela eterna revolução entre *Blancos y Colorados*”. (FELICI, 1998, p.12).

### **3.2 - A jornada de Rossi até Palmeira.**

Em 20 de março de 1890, o jornal *Quinze de novembro* de Curitiba informa que Dr. Rossi deixou a Itália em 20 de fevereiro rumo ao Brasil para estudar a situação agrícola de estados e para decidir em qual local poderia instalar cinquenta famílias que chegariam posteriormente em 1890.

Rossi parte de Genova a bordo do navio *Cittádi Roma* e chega ao porto do Rio de Janeiro em 18 de março de 1890. Rossi e seu grupo são abrigados na Hospedaria das Flores, local para onde eram direcionados os imigrantes italianos recém-chegados ao Brasil. Em seguida, partem para o Rio Grande do Sul, e é de lá que pela primeira vez Rossi escreve as suas primeiras notícias para o jornal francês *La Révolte* em julho de 1890. O jornal diz o seguinte

Recebemos a seguinte carta:

Porto Alegre, 22 de março de 1890

Nós pretendemos constituir aqui uma colônia anarquista, que passa dar à propaganda uma demonstração prática de que nossas ideias são justas e realizáveis, e à agitação revolucionária na Europa...

Já faz alguns anos que nós discutimos na Itália as vantagens e os perigos que uma tal empresa poderia apresentar; e após ter estudado a questão, nós nos decidimos. Nós partimos às oito do dia 20 de fevereiro, e em Gibraltar uma família de camponeses espanhóis se juntou a nós. Nós partiremos amanhã para Porto Alegre para procurar um terreno propício. Nós vos informaremos do que ocorrerá. Se alguém desejar nos ajudar, escreva para o seguinte endereço: Dr Giovanni Rossi, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil". (FELICI, 1998, p.13).

A viagem rumo ao Rio Grande do Sul inicia no dia 26 de março a bordo do navio Desterro, que faz uma parada no porto de Paranaguá no Paraná no dia 28 de março. No seu romance *Un Comune Socialista*, Rossi explica que é o mal de mar que decidiu sobre a sorte da Cecília.

Nós deveríamos ir a Porto Alegre, mas o mal de mar fazia sofrer tanto dois dos nossos companheiros, que decidimos poupá-los de outros cinco ou seis dias de navegação e descer aqui, para fundar nossa colônia social em alguma parte do Paraná, onde sabíamos que encontraríamos um clima ameno e saudável. (FELICI, 1998, p. 14).

Após esta parada não planejada, fazem uma passagem por alojamento de imigrantes em Paranaguá, depois Curitiba e de lá são encaminhados pelo escritório da Inspeção de Terra e Colonização para o distrito de São Mateus, banhado pelo Rio Iguaçu. Depois percorrem cerca de cem quilômetros até chegarem na pequena cidade de Palmeira, local que muito agradou a Giovanni Rossi pela estrutura que a cidade oferecia, pois já contava naquele período com agência dos Correios e Telégrafos, clube literário, sociedade de teatro entre outros atributos culturais. Além disso, Rossi logo estabeleceu contatos com algumas pessoas e ficou admirado com o grau de instrução que algumas delas possuíam.

O que mais a torna admirável, um grupo de pessoas notáveis, algumas das quais fizeram seus estudos nos Estados Unidos da América do Norte ou na Europa, mas que demonstram todos muita inteligência e excelente cortesia. (FELICI *apud* ROSSI, 1998, p. 14).

Dentre estas pessoas na qual Rossi estabelece contato, estava o médico palmeirense Dr. Franco Grillo, que se torna amigo da Cecília. Depois, Rossi desloca-se cerca dezoito quilômetros sentido sul e instala-se num bosque próximo da Santa Bárbara de Baixo (área

rural). Alguns dias depois, junta-se a ele os companheiros que haviam ficado na cidade de Curitiba.

A pesquisadora Isabelle Felici, diz que não foi possível encontrar nos relatos de Giovanni Rossi sobre a Colônia Cecília, o número exato de pessoas que estavam com ele no início dessa experiência. Em 1981, na quinta edição de *Un Comune Socialista*, Rossi cita o nome de cinco pessoas que o acompanharam na viagem rumo ao Brasil: Evangelista Benedetti, Lorenzo Arrighini, Giacomo Zanetti, Cattina e Achille Dondelli.

Estes primeiros integrantes que chegam ao Brasil vieram com a missão de “preparar o terreno” para a segunda leva de imigrantes que chegaria na sequência, cerca de cinquenta famílias que ficaram na Europa, que tinham aceito o convite de Giovanni Rossi de vir para o Brasil. Soube-se depois que, várias dessas famílias desistiram da viagem ou decidiram por outros destinos.

Pela pesquisa apresentada por Isabelle Felici, a viagem dessas pessoas não pode ser considerada uma aventura ao desconhecido, pois eles estavam informados sobre a geografia, condições climáticas, as possibilidades de desenvolvimento agrícola na região e tudo isso dentro de um itinerário habitual daqueles emigrantes rumo ao Sul do Brasil. Neste momento é preciso lembrar e reafirmar que o processo de constituição da Colônia Cecília está intimamente ligado com o processo de emigração italiana para o Brasil, sobretudo para a região Sul.

As páginas da edição de 1891 de *Un Comune Socialista*, que Rossi consagra à viagem dos pioneiros da Cecília, poderiam ter sido escritas por qualquer pessoa que emigrou para a América do Sul no final do século passado. Nelas, Giovanni Rossi conta a viagem desde o porto de Gênova, o transporte de barco até o Rio de Janeiro, as paradas nas diferentes hospedarias para emigrantes nas quais ele permaneceu com seus camaradas, os primeiros passos para obtenção de uma terra. O documento é muito interessante porque ele é de uma grande precisão. Rossi é um observador escrupuloso: ele chega até mesmo a medir “conscienciosamente”, com a ajuda de seus companheiros, as salas (refeitórios, dormitórios) que acolhem os emigrantes. (FELICI, 1998, p.16)

Nesta mesma edição, Rossi narra os primeiros dias da experiência. Em um tom de otimismo procura descrever positivamente o ambiente e os desafios administrativos enfrentados pelo grupo no território de Palmeira. Este primeiro relato, refere-se ao período de abril a dezembro de 1890. “Da minha parte eu não saberia concluir melhor esta assustadora enumeração de flagelos, senão declarando que na nossa colônia vive-se muito bem, tem-se um apetite de lobo e só se vê gente sã e contente”. (FELICI *apud* ROSSI, 1998, p. 17).

O tom otimista adotado por Rossi não revela que a vida na colônia, sobretudo nos primeiros meses foi de trabalho rude, necessidades de adaptação ao local, pouca variedade de alimentos, cobertores insuficientes e até mesmo o ciúme do marido da única mulher no grupo dos primeiros, que em Palmeira se instalaram.

Isabelle Felici, diz que o referido texto faz parte de um elemento de propaganda utilizado por Giovanni Rossi quando ele retorna à Itália em 1890, com o objetivo de recrutar novos colonos, juntando-os aos pioneiros que já estavam instalados no Brasil.

O tom otimista e tranquilizador de Rossi está muito assemelhado com a narrativa utilizada pelo governo brasileiro, para atrair novos imigrantes europeus ao Brasil. Dante Venturini, que chega a Colônia Cecília em 03 de abril de 1891, escreveu uma carta ressaltando a imagem positiva que Rossi tanto difundia para o território italiano. Observa-se que mesmo com aquelas dificuldades iniciais, a alimentação é pormenorizada e substituída pela ideia de esperança no futuro prospero da Cecília.

Vocês não podem acreditar o quanto é boa a nossa situação, que vai melhorando sempre mais. Além do mais, temos uma água excelente, enfim, tudo é melhor do que o Dr. Rossi nos havia descrito. Quanto aos animais selvagens, nós ainda não vimos nenhum, exceto um pequeno macaco que foi morto por um dos nossos companheiros. Por ora, os nossos alimentos são: arroz, feijão, polenta, porco, carne de vaca, salame, café, leite, tudo em grande abundância. O pão é pouco, porque é preciso comprá-lo, mas assim que nós encontrarmos o material e a cal para fazer um forno, então deixaremos de comer polenta e passaremos ao pão. (FELICI, 1998, p. 17).

A estratégia de Rossi surte efeito, tanto que em fevereiro de 1891, vários grupos partem do porto de Genova tendo como destino a cidade de Palmeira. Isabelle Felici cita que:

Seis famílias originárias de Livorno partem no dia 3 de fevereiro de 1891, no navio Vittoria. Entre eles está Eugenio Lemmi. Um segundo grupo, mais numeroso, dezesseis famílias e alguns solteiros, originários de Cecina, Gênova, Turim, Milão e Brescia, embarca no dia 14 de fevereiro de 1891. No dia 10 de março, é a vez de treze famílias e sete homens solteiros de Florença, Poggibonsi, La Spezia e Milão. Francesco e Argia Gattai, os avós de Zélia Gattai, e suas crianças, fazem parte desse grupo que viajou no dia 10 de março de 1891 - e, portanto, não partiram a bordo do Città di Roma, contrariamente ao que ela diz em seu livro de memórias, *Anarquistas, Graças a Deus*. (FELICI, 1998, p.18)

O médico palmeirense Franco Grillo, que havia estabelecido boa relação com a Cecília, escreve uma carta a Rossi, informando a chegada de novos colonos à Palmeira, e conseqüentemente, à colônia experimental anarquista. Esta carta que consta da edição de 1891 de *Un Comune Socialista*. Grillo diz

No dia 31 de dezembro, chegou aqui repentinamente o companheiro Artusi com duas famílias, esses também companheiros; entre grandes e pequenos são treze pessoas: eu os fiz conduzir à Colônia, onde eles se acomodaram o melhor possível, enquanto se constroem novas casas. As duas famílias de Roncadelle estão já em Montevideú, e esperamos que daqui a uns quinze dias eles possam estar aqui. (FELICI, 1998, p.18-19).

A relação entre Rossi e o Dr Franco Grillo é estreitada justamente pelo fato dele ser de origem italiana, tendo chegado alguns anos antes e se estabelecido na cidade. Em carta escrita

por Giovanni Rossi e citada por Arnaldo Monteiro Bach, em seu livro intitulado *Colônia Cecília*, Rossi descreve seu compatriota assim:

O médico de Palmeira é um bom homem e honesto italiano, o Doutor Franco Grillo, benemérito da ciência pelas informações e pelas coleções que tem enviado à Sociedade Geográfica Italiana e ao Museu Cívico de Ciências Naturais de Gênova. Esse homem, com o coração de ouro abriu a sua casa como a amigos, como a irmãos, e nos ajudou bastante em nosso empreendimento. A nós, que o agradecemos, respondeu: “Vocês são como irmãos, porque filhos da mesma terra e da mesma ideia: em política sou republicano, mas em economia sou socialista. (BACH, 2011, p.71).

O apoio dado pelo doutor Franco Grillo teria sido fundamental nos primeiros dias após à chegada de Rossi e seus companheiros em Palmeira.

Com base no levantamento realizado por (FELICI, 1998), não é possível elaborar uma lista precisa com os nomes daqueles que chegaram e daqueles que deixaram a Cecília. Contudo, com base em alguns registros da polícia e de algumas correspondências de Capellaro, pode-se elaborar uma listagem incompleta de nomes. Capellaro integrou a Colônia Cecília e tornou-se por algum tempo, correspondente, do jornal francês *La Révolte*.

Sobre esta questão, Felici faz uma observação importante em relação aos nomes citados por Newton Stadler de Sousa no seu livro *O Anarquismo na Colônia Cecília*. Diz ela assim

Artuzzi (Artusi), Mezzadri, Codega, Romani, Minardi, Dusi, Zilli (Celli?), Vercezzi, Todeschini, Tranquillo, Agottani, não podem ser, contrariamente ao que ele afirma, os nomes das famílias partidas de Gênova no dia 15 de novembro de 1890, a bordo do navio Florio Robatino. Florio Robatino, na realidade Florio e Rubattino, é o nome de uma companhia de navegação e não de um navio. Os Artusi, e duas ou três outras famílias, partiram, muito provavelmente nessa data, visto que é certo que eles chegaram ao local em dezembro do mesmo ano. Para o restante, Newton Stadler de Sousa baseou-se, provavelmente, nos testemunhos ou em informações de segunda mão, que o conduziram a imprecisões que, quando se acumulam, conduzem a absurdos. Esse tipo de conduta, infelizmente muito frequente na historiografia da Cecília, não dão aos testemunhos recolhidos seu verdadeiro valor. (FELICI, 1998, p. 19).

Com a forte campanha de recrutamento de emigrantes feita pelo governo brasileiro e pelo próprio Giovanni Rossi, a Colônia Cecília vê subir rapidamente o seu número de habitantes. Eram 150 membros segundo Giovanni Rossi e 200 segundo Capellaro, correspondente do jornal *La Révolte*. Em 1891, a Colônia atinge a sua maior população, 250 pessoas estavam ali.

Rossi, em carta citada por Felici 1998, diz que

Esse afluxo repentino foi desastroso. Muitos desses colonos não estavam habituados à rude vida dos pioneiros; eram na maior parte operários da indústria que, naturalmente, não encontraram na colônia os instrumentos e as

matérias primas necessárias para trabalhar com proveito; alguns não eram nem mesmo habituados a ter uma atividade média. (FELICI, 1998, p. 19-20).

Com a chegada numerosa de pessoas em um curto espaço de tempo, as dificuldades na colônia se acentuam cada vez mais e seus habitantes passam a conviver com a miséria e com condições insuportáveis de sobrevivência e de manutenção do ideal de vida em uma comunidade, que tinha como objetivo principal a busca pela liberdade plena. Tornou-se difícil manter a ideologia e a ordem a partir do momento em que as pessoas estavam de estômago vazio.

As dificuldades “obrigam” alguns membros da comunidade a trabalhar na construção de estradas para o governo. Os recursos obtidos com estes serviços amenizam o problema financeiro da Cecília e permite, mesmo que temporariamente, a compra a crédito na cidade de Palmeira. Contudo, o ambiente que antes era de esperança dá lugar aos desentendimentos e o afloramento do individualismo e do egoísmo.

Alguns desentendimentos já se haviam manifestado entre os camponeses que tinham chegado em janeiro de 1891 e os primeiros colonos, “por causa das diferenças nos métodos de trabalho e da tendência que eles tinham (os camponeses) de querer fazer prevalecer as suas concepções”. Desde que a colônia ultrapassa os 150 membros e que a miséria se instala, esses desentendimentos se acentuam. O egoísmo se manifesta entre os colonos: “certas famílias comiam enquanto outras jejuavam”. A anarquia está nesse período “intelectualmente prostituída”, segundo os termos de Rossi. “A ditadura e o parlamentarismo substituem os princípios anarquistas, os colonos estabelecem um “sistema grotesco de referendums” e perdem seu tempo e suas energias em “assembleias inúteis, onde não saem mais do que promessas não cumpridas, ambições mal dissimuladas e falatórios ridículos”. (FELICI, 1998, p. 20).

Com a miséria instalada, desentendimentos de todas as ordens e a perda de rumo daquele projeto idealizado por Giovanni Rossi levaram a Cecília a sua ruína e sua dissolução. Para piorar, em junho de 1891, sete famílias apoderam-se dos animais da Cecília e outras famílias saem à procura de trabalho em outras regiões, sobretudo em Curitiba. Uma das famílias que chega e logo parte da colônia foram os Gattai. Em depoimento prestado a um funcionário da polícia de Florença em 28 de novembro de 1902, Francesco Gattai relatou o seguinte:

Eu deixei a Itália em 1891 e me dirigi para a América do Sul, com a intenção de me associar, em Palmeira, a uma colônia experimental fundada sobre bases socialistas. Eu cheguei de fato lá, mas a colônia, nascida sob os auspícios do Dr Giovanni Rossi e outros, funcionou mal, e ao final de três meses, ela se dissolveu. (FELICI, 1998, p. 21).

É importante ressaltar que após estes episódios vários são os relatos que tentam explicar os motivos pelos quais a experiência de Rossi não obteve o êxito esperado. Como o próprio Rossi citou em determinada passagem, a Colônia Cecília era uma experiência, um laboratório

a céu aberto sob as bases ideológicas do anarquismo. Ele buscava com esta experiência, verificar a possibilidade e estabelecer um modelo que pudesse se contrapor ao sistema Capitalista em ascensão na Europa, que já potencializava naquele período, às desigualdades entre ricos e pobres.

### **3.3 - A Colônia Cecília a partir da história contada pelos membros do IHG de Palmeira**

Como já citado em outros momentos desta dissertação, a Colônia Cecília tornou-se ao longo dos anos um grande atrativo dentro história da cidade de Palmeira. A concepção deturpada do termo “anarquista” foi amplamente difundida e cristalizada no imaginário local, regional e até mesmo em nível nacional, por meios das mais diversas narrativas estabelecidas sobre esta experiência ocorrida no final do século XIX. Grande parte destas narrativas não foram produzidas por palmeirenses, mas conhecidas localmente, aceitas como a “verdadeira” história da Colônia Cecília.

O modo de organização anarquista da Colônia Cecília passou a ser visto por outros colonos instalados em Palmeira como sendo algo que iria no caminho da desordem, da falta de hierarquia e de negação de crenças religiosas, em específico, o catolicismo quase que hegemônico em Palmeira no final do século XIX.

Para a historiadora e membra do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, Vera Lúcia de Oliveira Mayer, a

Colônia Cecília esteve localizada entre as localidades de Mandaçaia, Santa Quitéria e Santa Bárbara. No terreno onde se localizou a sede do núcleo estava um barracão construído para servir de abrigo e sala de decisões, de auditório, armazém, e dormitório, local também chamado de “A casa do amor e da fraternidade”. Havia barracos individuais para os casais. (MAYER, 2014).

Segundo a mesma autora, este espaço nominado de “A Casa do Amor e da Fraternidade” era um espaço onde os membros da Colônia Cecília poderiam opinar, participar das decisões por meio de assembleias que diziam respeito a vida ali naquela comuna. Contudo, não há evidências concretas que de fato tenha existido este espaço e com esta nomenclatura.

Em publicação do Instituto Histórico e Geográfico em 2013, intitulado *Anarquismo e Colônia Cecília*, (MAYER) ao abordar o anarquismo e a Colônia Cecília cita que

Para alguns, a Colônia Cecília foi uma sociedade anárquica instalada no Paraná que serviu para projetar suas fantasias erótico-românticas, vendo na Colônia um modelo de liberdade sexual. Para outros, ela serviu para defender o socialismo e, para outros ainda, para mostrar o grau de refinamento que o país conheceu naquele período. A Colônia Cecília era vista de duas formas

antagônicas: aquela vista como um reduto de desocupado e preguiçosos, e aquela vista como um grande exemplo de socialismo. (MAYER, 2013, p.3).

Em 2014, a mesma autora organiza e escreve uma cartilha denominada *Palmeira Cidade Clima do Brasil*. Esta cartilha em versão preliminar tinha objetivos paradiáticos, com fatos compilados e, em ordem cronológica deveria ser finalizada e distribuída para uso na rede municipal de ensino, mas até onde se sabe, o material acabou não sendo impresso oficialmente, mas passou a circular de mão em mão e utilizada por professores do município.

Nesta cartilha, Mayer, (2014), dedica duas páginas para falar sobre a imigração italiana para Palmeira, parte da escrita aos italianos anarquistas. Ao referir-se ao idealizador da Colônia Cecília, Giovanni Rossi, a autora diz que

Ele buscou criar uma colônia em que as suas ideias pudessem ser comprovadas: mostrar a realização de uma vida comunitária – não sem problemas, logicamente, mas um espírito de camaradagem completa, numa forma de vida em que não deveria haver um poder constituído, nem no âmbito de Estado, de religião ou de família. (MAYER, 2014, p.41).

Como uma experiência, ao final ficou evidente as dificuldades de se conciliar o ideal de uma comunidade sem hierarquia com a realidade desafiadora em um país diferente, e, em um momento de mudança na política nacional por conta do fim do Regime Imperial e da Proclamação da República.

Com tudo que foi escrito, falado e narrado sobre este fato, Palmeira foi estampada por inúmeras vezes em jornais, revistas, livros, filmes e documentários produzidos tanto no Brasil como no exterior. Tudo isso corroborou para a criação de um espectro ilusório sobre a Colônia Cecília, que ficou quase que totalmente dissociada do grande movimento migratório, sobretudo de italiano vindo para a região Sul do Brasil. A impressão que se passou foi a de que a colonização italiana e a Colônia Cecília foram acontecimentos distintos, mas na realidade fazem parte de um mesmo contexto histórico com abordagens diferentes.

Anos após fundada a experiência, diversos historiadores, memorialistas, escritores de diversas áreas passaram a escrever sobre o tema. Além dos trabalhos produzidos pela academia em forma de artigos e trabalhos de conclusão de cursos de diversas universidades, podemos destacar as produções feitas no decorrer dos anos pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. Entre estes membros autores destacaremos nesta pesquisa, as produções de Arnaldo Monteiro Bach, Vera Lucia de Oliveira Mayer e Rogério Geraldo Lima.

Recentemente, Rogério Geraldo Lima, escritor e membro do IHG de Palmeira, lançou o livro *O Anarquista Pimpão* contando a história de Adrea Giuseppe Agottani, o Pimpão, que segundo autor, sua história é um legado da Colônia Cecília, onde ele viveu ainda criança acompanhando a saga dos pais - Tranquilo e Adele Agottani - e outros imigrantes italianos.

Em Palmeira, Pimpão na presença de familiares e amigos, consolidou a convicção anarquista e partiu para fazer militância em São Paulo, onde participou ativamente da histórica

greve geral de 1917. Perseguido, preso, torturado e expulso do Brasil, viveu quase 15 anos na Europa, estabelecendo-se em Paris.

Neste mesmo livro, o autor tece várias reflexões sobre o anarquismo na Europa, no Brasil ao mesmo tempo que escreve sobre a vida do personagem Pimpão, que está diretamente relacionada com a comuna anarquista em Palmeira.

Sobre o conceito de anarquismo, Lima (2020) diz assim

Anarquismo é uma palavra de origem grega, que significa “sem governantes”. O conceito é uma filosofia política que engloba teorias, métodos e ações que objetivam a eliminação total de todas as formas de governo compulsório. De um modo geral, os anarquistas posicionam-se contra qualquer tipo de ordem hierárquica que não seja livremente aceita e, assim, preconizam os tipos de organizações libertárias baseadas na livre associação. (LIMA, 2020, p. 9).

A busca pela concretização deste ideal norteou toda a vida de Giovanni Rossi. A busca por um modelo de sociedade diferente, onde as pessoas pudessem ser verdadeiramente livres estava na essência esta concepção anarquismo.

Cada produção feita sobre o tema traz uma carga de intencionalidade do autor e a sua visão de mundo e cada uma dessas visões influencia na narrativa sobre este fato histórico em questão. Diante das diversas formas adotadas para narrar este acontecimento é preciso considerar que não foram apenas historiadores que se interessaram pelo assunto, mas também memorialistas, literários, sociólogos entre outros profissionais das mais diversas áreas e com diversas finalidades.

Para Arnaldo Monteiro Bach, membro do IHG de Palmeira e autor do livro “Colônia Cecília”,

A Colônia Cecília foi a única experiência anarquista realizada no Brasil e a mais conhecida no mundo. Mesmo depois de um século da sua dissolução, os mitos em torno dela sobrevivem. Dezenas de pessoas, ao longo dos seus quatro anos de existência passaram pela Cecília. Seus descendentes estão espalhados pelo mundo. Alguns guardam informações preciosas que ouviram de seus antepassados e que fazem questão de compartilhar. Outros, por recomendação dos familiares ou por preconceito, preferem o silêncio. (BACH, 2011, p. 15).

Neste livro de mais de mil páginas, Arnaldo aborda dezenas de assuntos relacionados à Colônia Cecília, trata-se de uma obra carregada, sobretudo, de histórias de famílias italianas e polonesas, a maior parte delas sem ligação direta com a Colônia Cecília, mas pertencentes ao processo maior que foi a imigração de povos europeus para o Brasil, para o Paraná, para Palmeira.

Na mesma época da instalação da Colônia Cecília em Palmeira, outras colônias também foram sendo criadas

Santa Barbara, colônia criada no mesmo período da Colônia Cecília, recebeu muitas Famílias, em sua maioria, de poloneses. Essa grande população, com muitos colonos fixando-se à margem da estrada principal, ao redor da Igreja e das casas de comércio, deu ares urbanos à comunidade. Entre o ir e vir de carroças e carroções, via-se também uma belíssima carruagem, trazida da Europa. Em meio a esse movimento, circulavam os cecilianos, identificados como anarquistas e ateus. (BACH, 2011, p.16).

Além de livros, produções cinematográficas também retrataram a experiência anarquista em Palmeira. Um dos filmes mais conhecidos mundialmente foi *La Cecilia* (1975) dirigido por Jean-Louis Comolli, depois em 1989, Carlos Nascimbeni produziu em parceria com a TV Bandeirantes a minissérie *Colônia Cecília*, dividida em dez capítulos de quarenta e dois minutos cada. Na abertura da série, o autor cita a evidente o realce ficcional dado a história: “É uma versão pessoal e autoral, adequada historicamente, mantida a liberdade ficcional”. (NASCIMBENI, 1989). Em 2012, a produtora GP7 Cinema, em parceria com a RPC afiliada da Rede Globo no Paraná, realizou nova produção cinematográfica em quatro episódios sobre a Colônia Cecília, com o título *Colônia Cecília – Uma História de Amor e Utopia*<sup>3</sup>. No site da produtora, a história é apresentada da seguinte forma

No final do século XIX, um casal deixa a Itália para morar na colônia que foi a primeira e única experiência anarquista da América Latina: a Colônia Cecília. De início, empolgados com o novo e estimulante universo da comunidade, os dois vão aos poucos tomando contato com condições comportamentais estimuladas naquele ambiente que colocam seu relacionamento em risco, dentre elas o chamado “amor livre”, que consiste em ninguém ser dono de ninguém, podendo ambos sentirem-se livres para outros relacionamentos românticos. A crise conjugal e as dificuldades econômicas da colônia chegam ao limiar, quando o endividamento faz todos terem de se unir e encontrar soluções que salvem a Cecília de um desfecho de miséria, neste que foi um episódio real ocorrido no município de Palmeira no Paraná entre 1890 e 1894 e até hoje é motivo de estudos sociais, políticos e antropológicos do mundo todo<sup>4</sup>.

Como uma das obras de cinema mais recentes, esta produção focou e reforçou a ideia de total liberdade, de amor livre e da negação de relacionamentos baseados na monogamia e na fidelidade conjugal. A adoção desta linha de interpretação tem na realidade um forte apelo mercadológico, ficcional, que vai muito além do fato histórico. Ou seja, do ponto de vista da arte, a “verdade” dos fatos era o que menos importava naquele momento.

A Colônia Cecília sempre foi um tema recorrente nas pesquisas do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. Nas primeiras reuniões da entidade realizadas no ano de 1955, já na

<sup>3</sup> Minissérie de TV dirigida por Guto Pasko.

<sup>4</sup> Apresentação da série *Colônia Cecília – Uma História de Amor e Utopia* no site da produtora GP7 Cinema no endereço: <http://gp7cinema.com/produ%C3%A7%C3%B5es/colonia-cecilia-uma-historia-de-amor-e-utopia/>. Acesso em 02 out.2020.

menção ao acontecimento como tendo sido “uma experiência socialista fracassada” (LIVRO ATA nº 1 do IHGP). Há também um grande interesse do poder público em utilizar-se desta fama na tentativa de fomentar o turismo em Palmeira e na comunidade rural de Santa Bárbara de Baixo, onde ocorreu tal experiência.

Em 2008, a então vereadora Luzia Przybysewski, apresentou junto à Câmara de Vereadores de Palmeira, o Projeto de Lei nº 2.975, com o objetivo de instituir a data de 01 de abril como sendo a data de fundação da Colônia Cecília em Palmeira.

Após análise da Câmara de Vereadores, tal projeto foi aprovado sem alterações e transformado na Lei nº 2737 de 01 de julho de 2008. Após sanção do então Prefeito Altamir Sanson, ficou instituído em âmbito municipal o dia 01 de abril como data comemorativa pela fundação da Colônia Cecília em Palmeira. A mesma lei em questão também estabeleceu que esta data fosse incluída pela Secretaria Municipal de Educação no calendário escolar de cada ano, afim que seja realizada nesta data, atividades escolares relacionada à Colônia Cecília.

Com base nos estudos realizados pela pesquisadora Isabelle Felici, atribuir a data de primeiro de abril como data de fundação da Colônia Cecília pode não corresponde à verdade dos fatos. Segundo a autora, depois do desembarque em Paranaguá, Rossi e outros companheiros foram direcionados para Curitiba e de lá, o escritório da Inspetoria de Terra e Colonização encaminha-os para São Mateus.

No dia primeiro de abril, Giovanni Rossi e Evangelista Benedetti partem para fazer o reconhecimento do terreno. Eles percorrem cem quilômetros em “um instrumento de tortura que chamam diligência”. A pequena cidade de Palmeira, onde eles chegam após dois dias viagem, agradou muito a Rossi, que recenseou todas as vantagens que ela apresentava, da igreja à agência de correio e telégrafo, passando pelo clube literário e a sociedade de teatro. (FELICI, 1998, p. 14).

Portanto, Rossi chegou na área urbana cidade de Palmeira no dia três de abril de 1890 e só depois de se estabelecer na cidade, foi encaminhado para Santa Bárbara, local onde aí sim desenvolve sua experiência anarquista.

Nos últimos anos, o professor e escritor Arnaldo Monteiro Bach tem se dedicado na realização de diversos trabalhos sobre a Colônia Cecília. Podemos citar aqui o livro *Colônia Cecília* lançado em 2014, que traz uma série de capítulos desde a vida de Geovanni Rossi na Europa, a viagem ao Brasil e a constituição, extinção da Colônia, bem como os acontecimentos futuros e o estabelecimento de outros italianos na região da Colônia Cecília. Além disso, Arnaldo Monteiro tem promovido a cada dois anos, simpósios sobre a Colônia Cecília. O primeiro deles foi realizado no ano de 2012, conforme matéria publicada pelo site do jornal

Gazeta de Palmeira abordando este evento, que reuniu cerca de cinquenta pessoas no Museu Sítio Minguinho, de propriedade de Arnaldo Monteiro Bach.

Simpósio sobre a Colônia Cecília reúne 50 pessoas no Museu Sítio Minguinho. Para discutir e entender um pouco mais sobre a Colônia Cecília, a realização da primeira e única experiência de comunidade anarquista nas Américas, protagonizada por imigrantes italianos entre os anos 1890 e 1894, cerca de 50 pessoas estiveram reunidas no último sábado (14), no Museu Sítio Minguinho, em Palmeira. Palestras, debates e visitação ao memorial Colônia Cecília fizeram parte das atividades programadas no evento promovido pelo próprio museu em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira (IHGP). A abertura do 1º Simpósio sobre a Colônia Cecília aconteceu com palestra apresentada pelo pesquisador e escritor Arnaldo Monteiro Bach, proprietário do Museu Sítio Minguinho e autor do livro “Colônia Cecília”, lançado em novembro do ano passado. Na sua abordagem, ele apresentou alguns personagens e descendentes, muitos dos quais foram ouvidos pelo pesquisador quando recolhia material para o seu livro, colaborando para enriquecer o trabalho que passou a ser uma importante referência para quem estuda o tema. Depois, a professora Helena Isabel Mueller, do Departamento de História da UEPG, proferiu palestra falando sobre sua pesquisa em relação aos anarquistas da Cecília e o movimento anarquista em todo o mundo. Ela contou alguns detalhes sobre a pesquisa que realizou e as teses de mestrado e doutorado que defendeu na Universidade de Campinas (Unicamp) e na Universidade São Paulo (USP) embasadas na temática do movimento social que teve na experiência realizada em Palmeira, no final do século 19, um dos seus momentos mais marcantes e até hoje discutidos em profundidade por pesquisadores e estudiosos. Após o almoço servido no local do evento, a programação foi retomada com visita ao Memorial Colônia Cecília. No local, aconteceu debate sobre a experiência da comunidade anarquista e seus desdobramentos e também sobre o anarquismo como um movimento social. O 1º Simpósio sobre a Colônia Cecília teve apoio da Associação Ítalo Brasileira de Palmeira, Academia de Letras dos Campos Gerais, Departamento de História da UEPG e Prefeitura Municipal de Palmeira. (Gazeta de Palmeira, 2012. Simpósio sobre a Colônia Cecília reúne 50 pessoas no Museu Sítio Minguinho. Disponível em: <<http://www.gazetadepalmeira.com.br/geral/simposio-sobre-a-colonia-cecilia-reune-50-pessoas-no-museu-sitio-minguinho/>>).

Logo no primeiro Simpósio, observa-se a grande diversidade do público presente no evento, pessoas da sociedade palmeirense, membros do IHGP e professores de universidades, como a UEPG, por exemplo. A participação de pesquisadores de universidades renomadas como a UEPG pode evidenciar um novo momento na forma de analisar a Colônia Cecília.

Dois anos depois deste primeiro encontro, foi programado o II Simpósio sobre a Colônia Cecília com diversas atividades. Entre elas podemos destacar a participação do jornalista Milton

Lopes, Coordenador do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa do Rio de Janeiro e do professor Alexandre Samis, membro do mesmo núcleo com atuação no Colégio Dom Pedro II.

O Núcleo de Pesquisa Marques da Costa faz publicações trimestrais sobre a temática do anarquismo. Conforme informações contidas em sua apresentação em seu site na internet.

O emecê é a publicação trimestral do *Núcleo de Pesquisa Marques da Costa*, fundado a 8 de dezembro de 2004 na cidade do Rio de Janeiro. Leva as iniciais (MC) do operário anarquista português José Marques da Costa, editor da Secção Trabalhista do jornal *A Pátria* nos anos de 1923 e 1924 e militante com longa trajetória de lutas em Portugal, Brasil e na Espanha. O periódico existe desde 2005 e é lançado tanto virtualmente como fisicamente, sendo distribuído gratuitamente em diversos eventos e atividades. O objetivo do emecê é apresentar artigos, entrevistas ou resenhas que resgatem a memória do anarquismo e da luta dos trabalhadores/as no Brasil, com foco especial no Rio de Janeiro. (Núcleo de Pesquisa Marques da Costa. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://marquesdacosta.wordpress.com/about/>. Acesso em 05 out. 2020).

Neste mesmo ano, o Núcleo de Pesquisa Marques da Costa por meio do seu site publicou matéria para divulgar a programação do Simpósio que iria se realizar em 12 de abril de 2014.

Importante destacar novamente, o quão longe vai o tema sobre a Colônia Cecília, que existiu em Palmeira no final do século XIX. Além das palestras, o passeio pela região onde ocorreu a experiência mexe com o imaginário destes pesquisadores, conforme consta no convite divulgado no site do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa.

Em 12 de abril de 2014 ocorrerá em Palmeira, Paraná, o II Simpósio sobre a Colônia Cecília. O Núcleo de Pesquisa Marques da Costa, juntamente de outras entidades, está ajudando a organizar o evento que busca resgatar a memória deste importante fato e local da história do anarquismo brasileiro. A programação do evento pode ser vista abaixo: 7:00 – Recepção, 8:00 – “A Colônia Cecília e o Anarquismo no Paraná”, por Milton Lopes (coordenador do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa – RJ) 9:30 – Visita à região da Colônia Cecília, 12:00 – Almoço, 13:30 – “A Colônia Cecília e o Anarquismo no Brasil”, por Alexandre Samis (professor do Colégio Pedro II e membro do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa – RJ), 15:00 – Visita ao Memorial da Colônia Cecília, 15:30 – “A Colônia Cecília”, pelo professor Arnaldo Monteiro Bach (autor do livro “Colônia Cecília), 16:30 – “Arquivo Cândido de Mello Neto: a organização de um acervo anarquista”, por Elizabeth Johansen (professora assistente do Departamento de História da UEPG e Diretora Técnica do Museu Campos Gerais – UEPG), seguida de debate, Dia –12 de abril de 2014 Local – Museu Sítio Minguinho – Palmeira – PR Inscrições: pelo e-mail [arnaldo\\_monteiro@yahoo.com.br](mailto:arnaldo_monteiro@yahoo.com.br). Valor: 50 reais (Núcleo de Pesquisa Marques da Costa, 2014. Disponível em: <https://marquesdacosta.wordpress.com/2014/01/10/ii-simposio-sobre-a-colonia-cecilia/>). Acesso em 12 abr. 2021.

Em 2016, um novo evento reuniu cerca de cinquenta pessoas no 3º Simpósio sobre a Colônia Cecília. Neste dia, foram realizadas atividades, contando com a participação de quatro palestrantes: o professor Robledo Mendes, pesquisador do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa

discorreu sobre ‘Utopia contadina: Colônia Cecília uma experiência libertária camponesa’, o diretor do Jornal Gazeta de Palmeira e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, Rogério Geraldo Lima falou sobre ‘O anarquista Pimpão’, trazendo ao evento a história do anarquista Andrea Giuseppe Agottani, o doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e Rafael Viana da Silva apresentou sua pesquisa ‘Trabalhadores, anarquismo e sindicalismo revolucionário no Brasil’ e a palestra do professor mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com o tema “Colônia Cecília: construção de uma proposta para obtenção de chancela como paisagem cultural”.

3º Simpósio sobre a Colônia Cecília reúne em Palmeira participantes de cinco estados.

Em um dia repleto de atividades, o 3º Simpósio sobre a Colônia Cecília reuniu mais de 50 pessoas no Museu Sítio Minguinho, em Palmeira, no sábado (2). Entre palestras e visitas, os participantes – do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo – falaram muito sobre anarquismo e anarquistas, reforçando a importância histórica e social da experiência de comunidade anarquista que aconteceu entre 1890 e 1894 em uma área próxima à localidade de Santa Bárbara, idealizada pelo botânico e agrônomo italiano Giovanni Rossi. Pesquisadores, historiadores, professores e pessoas interessadas em conhecer mais sobre a Colônia Cecília e o anarquismo marcaram presença no evento promovido pelo Museu Sítio Minguinho, Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira e Núcleo de Pesquisas Marques da Costa (RJ). A programação foi aberta com a palestra do pesquisador Robledo Mendes, do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa, que falou sobre ‘Utopia contadina: Colônia Cecília uma experiência libertária camponesa’, fazendo ligações da experiência realizada em Palmeira com movimentos camponeses posteriores acontecidos em diversos pontos do Brasil. Diretor de redação do jornal Gazeta de Palmeira e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, este blogueiro foi o segundo palestrante do simpósio, apresentando a pesquisa ‘O anarquista pimpão’, sobre a vida de Andrea Giuseppe Agottani, que chegou à Colônia Cecília com 8 anos de idade, foi ativo militante anarquista no Brasil e em vários países da Europa, como a França, onde morou entre 1917 e 1934. Ele atuou na organização de sindicatos e associações de trabalhadores em São Paulo, entre 1908 e 1917, do que resultou uma greve geral que conseguiu garantir direitos trabalhistas aos operários de fábricas e empregados em outros setores. Pimpão foi preso e extraditado do Brasil em 1917, mas retornou em 1934 para Santa Bárbara, onde atuou no comércio e continuou militando no anarquismo. Encerrada a programação de palestras do período da manhã, os participantes do Simpósio fizeram visitas a diversos pontos da região, como a área onde a Colônia Cecília foi instalada, a igreja de Santa Bárbara, a casa construída pelo anarquista Pimpão e ao Memorial Anarquista, inaugurado no último dia 31 de março, em Santa Bárbara de Baixo. Após o almoço, já no período da tarde, a palestra sobre “Trabalhadores, anarquismo e sindicalismo revolucionário no Brasil” foi apresentada por Rafael Viana da Silva, doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Ele expôs os perfis de atuação dos anarquistas, as ações do movimento junto a trabalhadores e a

participação na organização e atividades sindicais. O tema *A Colônia Cecília: construção de uma proposta para obtenção de chancela como paisagem cultural* foi abordado em palestra de Celso Perota, nascido em Palmeira e mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), instituição na qual atua como professor. Ele defende a proposta de apresentação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de pedido de chancela do órgão para a paisagem cultural da Colônia Cecília, que abrange toda a área onde a experiência aconteceu e seus integrantes agiram. Uma equipe multidisciplinar deve começar em breve a realizar os levantamentos e pesquisas necessárias para a formatação do projeto. Após o encerramento das palestras do período da tarde, aconteceu visita ao Memorial da Colônia Cecília, um dos vários memoriais do Sítio Minguinho, seguida de visita à Casa da Videira, onde os participantes do Simpósio assistiram à palestra sobre *As rachaduras do sistema como espaço libertário*, por Cláudio Oliver. À noite, um jantar de confraternização em sistema colaborativo reuniu vários participantes do Simpósio, na última atividade do dia 2 de abril, dedicado à Colônia Cecília. Destaque-se que os primeiros imigrantes italianos que protagonizaram a Colônia Cecília chegaram a Palmeira no dia 2 de abril de 1890. Durante toda a programação, desde a abertura até o encerramento, a música foi presença constante e destacada. No saxofone Dalmir Dusi e no acordeon Willian Ferrando, ambos descendentes de cecilianos, executando músicas que eram cantadas na Colônia Cecília, como *Canzone della foresta*, e outras composições, para alegria e descontração dos participantes. (Blog do Rogério Lima, 2016. 3º Simpósio sobre a Colônia Cecília reúne em Palmeira participantes de cinco estados. Disponível em: <<http://oblogdorogerialima.blogspot.com/2016/04/3-simposio-sobre-colonia-cecilia-reune.html>>

Neste terceiro evento, o destaque é a palestra de Rogério Geraldo Lima retratando a vida do anarquista Giuseppe Agottani, o Pimpão. Esta pesquisa de Rogério evoluiu e tornou-se o livro “O Anarquista Pimpão”, lançado em 2020 pela Editora Collaborativa.

O IV Simpósio sobre a Colônia Cecília foi realizado em 14 de abril de 2018, com uma programação muito semelhante às três edições anteriores. Abaixo transcrevemos notícia publicada pelo site do Jornal Gazeta de Palmeira dia 22 de abril de 2018.

IV Simpósio sobre a Colônia Cecília em Palmeira teve palestras e visitas ao Memorial.

No sábado (14), com a presença de 50 pessoas foi realizado o IV Simpósio sobre a Colônia Cecília em Palmeira, no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social. Na abertura foi realizado o hasteamento da bandeira anarquista, acompanhado da música “Il canto della foresta”, considerada o hino da Colônia Cecília. Em seguida, aconteceram duas palestras: “Educação camponesa libertária: experiência da Colônia Cecília”, proferida por Robledo Marques, professor do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ). Em seguida, o geólogo Jorge Henrique Jacob, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisador, falou sobre “Os irmãos De Paolla e a Colônia Cecília”. Depois teve um debate, onde os presentes puderam fazer perguntas aos palestrantes. Visitas. À tarde, foram

realizadas visitas ao Memorial da Colônia Cecília, no Museu Sítio Minguinho ao local onde a Colônia Cecília esteve instalada e funcionando entre 1890 e 1894, à igreja da localidade de Santa Bárbara, que foi construída por imigrantes italianos e à Praça Memorial Colônia Cecília, na localidade de Santa Bárbara de Baixo. Encerrando a programação, aconteceu um jantar colaborativo no restaurante Alecrim. O próximo simpósio deve acontecer em 2020. (*Gazeta de Palmeira*, 2018. IV Simpósio sobre a Colônia Cecília. Disponível em: <<http://www.gazetadepalmeira.com.br/destaques/iv-simpósio-sobre-a-colônia-cecília-em-palmeira-teve-palestras-e-visitas-ao-memorial/>>. Acesso em 13 de abril de 2021).

No ano de 2020, deveria ser realizado o V Simpósio sobre Colônia Cecília, mas em virtude da pandemia mundial causada pelo Coronavírus o evento não pode ser realizado.

É importante destacar também que, pelo grande volume de produções sobre a Colônia Cecília que foram sendo divulgadas no decorrer dos anos, criou-se uma imagem acerca do tema que não condiz exatamente com a realidade. Isso se dá por diversos aspectos. Um desses aspectos que consideramos ser de bastante relevância, é a ideia que muitos estudiosos têm de que é possível conhecer o que restou na Colônia Cecília, ter contato com os resquícios materiais daquilo que sobrou, quando na verdade isso não é possível. Primeiro porque quase nada de patrimônio material restou desta Colônia e, em segundo lugar, porque o terreno, onde ocorreu a experiência tornou-se uma propriedade privada e seus proprietários raramente permitem a entrada de pessoas interessadas em conhecer o local.

### **3.4 - A Construção do Memorial Colônia Cecília.**

Outro ponto importante sobre esta questão e que contribui de certa forma para uma falsa ideia de que é possível visitar a Colônia Cecília, passou a acontecer após a construção do Memorial Colônia Cecília localizado na comunidade de Santa Bárbara de Baixo. Este memorial edificado pela Prefeitura de Palmeira por meio de convênio firmado com o Ministério do Turismo do Governo Federal, foi pensado justamente para se ter um local público, aberto à visitação e que pudesse por meio de uma estrutura física ser um ponto de turístico de referência, preservar e difundir a história desta experiência anarquista em Palmeira ao mesmo tempo em que serve como ferramenta de atração turística. Este memorial cumpre, portanto, um papel de representação, da ideia de preservação da memória local e do processo de migração dos italianos para o Brasil.

No acervo do Museu Público Municipal Astrogildo de Freitas localizado em Palmeira, há uma foto de autoria desconhecida que mostra o local onde teria sido instalada a sede da Colônia Cecília, não é possível verificar sua autenticidade.

ILUSTRAÇÃO 4: Local onde teria sido implantada a Colônia Cecília.



Fonte: Museu Municipal Astrogildo de Freitas/Adaptada pelo autor.

A construção deste memorial pela Prefeitura Municipal de Palmeira ocorreu a partir da indicação de emenda ao orçamento da União no ano de 2011 pelo Deputado Federal Reinold Stphanes (PSD) no valor de R\$ 100.000,00. A partir deste momento, coube ao município a elaboração e apresentação ao Ministério do Turismo da proposta nº 029669/2011 via sistema de convênios Governo Federal (Siconv). Já neste momento, se deu a escolha do local onde haveria de ser construído o Memorial. Toda esta fase de pré-construção ficou sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo e Planejamento, Secretária Municipal de Indústria e Comércio, em parceria com outros setores da administração do município.

Ao final da obra, o valor investido foi de R\$ 215.782,07, sendo R\$ 195.000,00 do Governo Federal e mais R\$ 20.782,07 de contrapartida do Município de Palmeira, conforme informações obtidas via acesso livre da Plataforma Mais Brasil do Governo Federal.

Em 2014, Adriane Maria Bach em trabalho de conclusão do curso de Bacharel em Turismo pela Unicentro/Irati, apresentou uma pesquisa intitulada “O Processo de Construção da Praça Memorial Colônia Cecília no Município de Palmeira-PR”.

No ano de apresentação desta pesquisa, o memorial estava ainda em fase de construção. Do ponto de vista do mercado turístico, havia grande expectativa quanto a função que este memorial teria para a preservação da história local e de fomento ao turismo cultural.

ILUSTRAÇÃO 5: Placa da obra Memorial Colônia Cecília.



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmeira

No que tange a questão da memória e da identidade cultural relacionados a construção do Memorial Colônia Cecília, Bach (2014) cita que sua pesquisa buscava.

Salientar os aspectos relativos ao processo de construção da Praça Memorial Colônia Cecília, como fator relevante para o resgate da memória e a identidade destes italianos anarquistas, entendendo que a memória é essencial para uma cultura que deseja preservar suas características e, como ela é intimamente ligada à identidade, fornece subsídios para que a identidade se construa e se fortaleça a partir de elos comuns. Além disso, no caso do turismo cultural, a memória e a identidade são essenciais para o desenvolvimento deste segmento turístico, que vem crescendo a cada década devido às exigências dos padrões do turismo. (BACH, 2014, p.11).

Para concluirmos, Bach (2014) citado Mayer (2013) elenca alguns motivos que levaram a extinção da Colônia Cecília. Motivos esses que vieram para se somar as dificuldades estruturais e de implantação e manutenção de uma comunidade baseadas nos princípios do anarquismo. Segundo a autora, a Colônia Cecília chegou ao seu fim pelos seguintes motivos:

- Oportunidades de trabalho em outras comunidades próximas, fazendo com que os membros aos poucos fossem abandonando a colônia;
- A epidemia de gripe que acabou levando sete crianças da colônia ao falecimento, acabando com todo o otimismo, também pelo fato de até não poderem enterrar seus mortos no cemitério da localidade, tendo que os mesmos criar um cemitério para os renegados;

- O poder dentro das famílias, as quais nos momentos de crise começaram a guardar e esconder alimentos para dar a seus filhos, desobedecendo a ideia anarquista de divisão comum e;
- Rossi deixa a Colônia Cecília, dando por encerrada a experiência que pretendia desenvolver. (BACH, 2014, p.27).

Sobre a impossibilidade de os anarquistas enterrar seus mortos no cemitério da comunidade de Santa Bárbara, o escritor Arnaldo Monteiro Bach explica que entre as diversas colônias de imigrantes europeus instaladas pelo governo brasileiro, estava a de Santa Bárbara fundada entre 1890 e 1891 tendo esta, 80 lotes e a colônia de Santa Galo com 28 lotes. Quando os italianos anarquistas chegaram à Santa Bárbara, já estavam ali instaladas 13 famílias de italianos. Arnaldo cita que

Com a instalação da Colônia Cecília, os poloneses não gostaram, porque temiam que os italianos tomassem parte das terras que foram prometidas para eles. Como a igreja exercia muita influência começou o conflito. Havia muitos dias santos, que os poloneses guardavam e os italianos não. Os poloneses não se conformavam e faziam todo tipo de fofoca para os padres. E isso só agravava a convivência entre os italianos e poloneses. (BACH, 2011, p.265).

Em entrevista concedida por Darvino Agottani à Arnaldo Monteiro Bach, o morador de Santa Bárbara explicou que

Meu avô contava que os poloneses diziam: “Era só o que faltava. Esses italianos comunistas vieram atrapalhar nossas vidas”. Os poloneses eram analfabetos e não entendiam o que era comunista e anarquista. Como a Colônia Cecília estava desvinculada da igreja, de acordo com os princípios anarquistas, por isso não iam à missa, nem batizavam as crianças, para os poloneses era motivo de escândalo e, mesmo que um italiano quisesse entrar na igreja eles não permitiam. (BACH, 2011, p.265).

Em 28 de janeiro de 1892, ocorre o primeiro óbito na Colônia Cecília. A morte inesperada de Giacomina Baroni pegou a colônia de surpresa, sem estarem preparados para este tipo de situação. Eles mesmo constroem um caixão, mas não havia outro cemitério para sepultamento a não ser o cemitério dos italianos, seus “rivais” naquele momento.

Arnaldo cita que

Porém, o momento era de dor e sofrimento e ninguém estava disposto a iniciar uma discussão por causa disso. Na hora do sepultamento o cortejo fúnebre partiu da Cecília e seguiu para o cemitério de Santa Bárbara. Quando chegaram ao cemitério tinha uma equipe de guardião cuidando para não deixar os cecilianos entrar.

- No nosso cemitério não! – gritou o polonês.
- E qual é o problema. – Quis saber Vincenzo Benedetti.
- E vocês ainda perguntam? Ateu não pode ser enterrado num campo santo.
- E quem aqui é santo? – perguntou Evangelista Benedetti, revoltado.
- Não somos santos, mas e vocês o que são?
- Gente honesta que não se importa com a vida dos outros. Apenas queremos viver em paz de acordo com os princípios anárquicos.

- Anarquia! Bando de aventureiros! Gente sem religião! No nosso cemitério ninguém enterra anarquista. (BACH, 2011, p. 267).

O conflito era tão forte que não houve acordo, de modo que Giacomina teve de ser sepultada em outro local. Este fato, entre outros, contribuíram para que a Colônia Cecília caminhasse para o seu fim.

Portanto, a experiência anarquista denominada de Colônia Cecília, para além do fato histórico que por si só já é extremamente relevante, tornou-se tão importante por que há uma diversidade muito grande de elementos entrelaçados que provavelmente, nem o próprio Giovanni Rossi imaginava que iria despertar. Elementos políticos, sociais, ideológicos, econômicos, religiosos, culturais que permitem aos leitores e estudiosos do presente uma vasta gama de possibilidades de análise. Olhando por esta perspectiva, a Colônia Cecília foi exitosa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

A realização desta pesquisa voltada para o estudo das atividades do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, sua relação com a história e a formação da identidade da sociedade palmeirense e a sua relação com a Colônia Cecília parece ser inédita. Não localizamos nenhuma pesquisa em que o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira fosse o objeto principal, tão pouco uma pesquisa que analisasse a Colônia Cecília a partir do IHGP.

Podemos concluir também que as pesquisas sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro são amplas e diversificadas. É, portanto, um objeto que já foi intensamente estudado por diversos campos da ciência, mas há poucas pesquisas acadêmicas sobre as entidades congêneres regionais e locais de inspiração neste modelo do IHGB.

Buscamos em diversas universidades artigos científicos, dissertações de mestrado, doutorado, mas encontramos trabalhos que possuem de alguma forma abordagens relacionadas ao IHGB, mas não sobre as entidades fundadas em diversas cidades pelo Brasil.

Assim, consideramos que este trabalho pode influenciar novas pesquisas, trazer à tona novas possibilidades de abordagem e um maior conhecimento histórico sobre a atuação desta entidade em nível local.

Podemos concluir que, a implantação dos Institutos Históricos e Geográficos em cidades paranaenses como Paranaguá, Ponta Grossa, Palmeira, seguiam uma tendência, um padrão de atuação dos grupos sociais e políticos do Estado. Este modelo de instituição implantado inicialmente em 1838, conseguiu adquirir ao longo dos anos visibilidade, respeitabilidade e prestígio social, sobretudo das camadas sociais de maior poder econômico e político.

Sem dúvidas, percebe em todas as entidades e na de Palmeira também a preocupação e foco na organização, preservação e na escrita de uma história local ou regional, da sociedade onde aquela entidade está inserida.

Com base nos estudos que foram realizados no decorrer desta pesquisa, podemos concluir alguns temas possuem preferência nos estudos do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. A Colônia Cecília, objeto do terceiro capítulo desta pesquisa é um exemplo de preferência da entidade e de alguns de seus membros mais atuantes. Por outro lado, outros temas não são tratados, por exemplo, a escravidão africana em Palmeira.

No caso do IHG de Palmeira, embora também tenha se consolidado como referência para a preservação da história de Palmeira, chama a atenção dois fatos que não são visíveis para quem de fora olha. Primeiro diz respeito a falta de regularidade em suas atividades. Fundado em 1955, ficou pelo menos trinta anos sem atividades. Outra questão bastante importante, talvez a de maior relevância que trazemos à tona com este trabalho: o seu acervo histórico corre muito perigo! O espaço utilizado para armazenamento dos materiais não é seu, o ambiente não é adequado, pouco acessível e não dá condições para a programação de atividades e exposições regulares, voltados para à visitação pública.

Como "guardiã" da memória local, instituição carece de proteção para poder continuar a ser referência para a preservação de documentos e outros objetos de caráter histórico.

Ao observado na documentação existente, o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, tendo dificuldades diversas ao longo da sua trajetória teve uma atuação relevante na composição e na disseminação de uma narrativa da acerca da história de Palmeira e sobre a Colônia Cecília, fato histórico que tornou-se nacionalmente conhecida, em parte pelos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira ou por membros da entidade no desenvolvimento de trabalhos de caráter particular.

Esta atuação se deu de diferentes aspectos, exaltando personalidades locais, sistematizando e consolidando fatos históricos, criando e divulgando para o Paraná, a imagem

de uma cidade que tem um povo voltado à tradição religiosa, ordeira e moralmente correta. Imagem esta que deve ser refletida e questionada por outras pesquisas no campo historiográfico.

Além disso, percebe, sobretudo no primeiro livro ata da entidade, aberto em 1955, o flerte constante dos membros da entidade em dar visibilidade para personalidades ligadas as Forças Armadas do Brasil.

Além disso, os resultados apresentados aqui são com base na documentação que tivemos acesso via meios eletrônicos ou coletados antes da pandemia de Corona vírus, que passou a afetar Palmeira e o Brasil como um todo. Considerando este fato de que na segunda metade em diante desta pesquisa, não foi mais possível retornar ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, a impossibilidade de visitar o arquivo do jornal Gazeta de Palmeira, no qual é rico em registros relacionados à história de Palmeira, ao IHGP e a Colônia Cecília. Havia a programação de uma visita ao Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, entidade que impulsionou a criação do IHG de Palmeira, e que tem um acervo rico e organizado, que também não foi possível visitar.

## **FONTES DO IHGP**

---

Acervo geral do Instituto Histórico e Geográfico do Palmeira.

Livro ata nº 1 de reuniões do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. De 1955 a 1970. Acervo IHG de Palmeira.

Livro ata nº 2 de reuniões do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. De 1998 a 2008. Acervo IHG de Palmeira.

Livro ata nº 2 de reuniões do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. De 07/09/1952 a 15/11/1957. Acervo IHG de Paranaguá.

Estatuto social do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, reformulado em 1998. Acervo IHG de Palmeira.

Convite para “Primeiro Encontro do Povo Palmeirense”. Material tipográfico produzido em 1955. Acervo IHG de Palmeira

Boletim informativo do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. *O Instituto Histórico de Paranaguá em Palmeira*. Acervo IHG de Paranaguá.

## LEGISLAÇÃO

---

Lei municipal nº 313 de 22 de maio de 1955. Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder subvenção ao Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/palmeira>. Acesso em 10/05/2019.

Lei municipal nº 310 de 22 de maio de 1955. Considera de utilidade pública, o Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/palmeira>. Acesso em 10/05/2019.

Decreto nº 673 de 17 de abril de 1881. Estabelece círculos urbanos da vila da Palmeira e da freguesia de São João do Triunfo. Acervo digital do Arquivo Público do Paraná. <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>. Acesso em 10 de abril de 10/05/2019.

Decreto provincial nº 337 de 19 de abril de 1872. Incorporação aos bens do município o terreno doado para a edificação da “vila”. Acervo digital do Arquivo Público do Paraná. <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>. Acesso em 10 de abril 2019.

Lei provincial nº 912 de 23 de agosto de 1888. Estabelece as divisas entre a vila da Palmeira e a freguesia de São João do Triunfo. Acervo digital do Arquivo Público do Paraná. <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>. Acesso em 10 de abril de 2019.

Lei nº 238 de 09 de novembro de 1897. Eleva a categoria de cidade a vila da Palmeira. Acervo digital do Arquivo Público do Paraná. <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>. Acesso em 18 abril de 2019.

## AUTORES DO IHGP

---

Dr. James Portugal Macedo. Autor membro do (IHGP) de Palmeira.

PORTUGAL, James Macedo. Pequena contribuição para a História da Comarca de Palmeira. Curitiba: Livraria Mundial, 1940.

Arnoldo Monteiro Bach. Autor membro do (IHGP) de Palmeira.

BACH, Arnoldo Monteiro. Colônia Cecília. Editora Estúdio Texto. Ponta Grossa, 2013.

Arthur Orlando Klas. Autor membro do (IHGP) de Palmeira.

KLAS, Arthur Orlando. História de vida: uma socióloga e educadora paranaense da cidade de Palmeira/Relato de viagens de lazer e de interesse sociocultural/Maria do Rosário Knechtel. IHGP. Palmeira, 2013.

KLAS, Arthur Orlando. Recordar é viver: fragmentos da História de Palmeira. Editora Cidade Clima. Palmeira, 2000.

Luiz Gastão Gummy. Autor membro do (IHGP) de Palmeira.

GUMMY, Luiz Gastão. *Visões do Passado*. (IHGP). Palmeira, 2008.

Astrogildo de Freitas. Autor membro do (IHGP) de Palmeira.

FREITAS, Astrogildo de. *Palmeira; reminiscências e tradições*. IHGB. Editora A.M. Cavalcante. Curitiba, 1977.

FREITAS, Astrogildo de. *Arremate*. Kugler Artes Gráficas. Castro, 1978.

FREITAS, Astrogildo de. *Palmeira; reminiscências e tradições*. Litero-Técnica. Curitiba, 1984.

Rogério Geraldo Lima. Autor membro do (IHGP) de Palmeira.

LIMA, Rogério Geraldo. *O Anarquista Pimpão*. Editora Colaborativa. Curitiba, 2020.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*, Bauru, SP: Uduisc, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

BRANCO, G. C.; MALACARNE, V. A questão da identidade nacional brasileira na obra história geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen: cultura e educação. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.32, p.95-112, dez.2008.

CAMPIGOTO, José Adilçom; SOCHODOLAK, Hélio. Os Faxinais da região das araucárias. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia; OLIVEIRA, Oséias de. *História agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: ed. Unicentro, 2008.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BUTTURE, P. M.; FERREIRA, A. P. L. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro como capital social dos senadores na primeira república. In: *Anais do V Seminário Nacional Sociologia & Política*. Curitiba/PR, mai. 2014.

CÉZAR, T. Lição sobre a escrita da história: Historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: *Diálogos*, DHI/UEM, v.8, n.1, p.11-29, 2004.

CALLARI, C. R. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes. *Rev.Bras. Hist.*, v. 21, nº 40, São Paulo, 2001.

DECCA, Edegar. A literatura utópica italiana de fins do século XIX. *Morus\_ Utopia e Renascimento. Revista de Literatura, (UNICAMP)*, Campinas/SP, v, 10, n. 10. 2015.

FELICI, Isabelle. A Verdadeira História da Colônia Cecília de Giovanni Rossi. Tradução Isabele Toledo, São Paulo, 2004.

FERRARI, A. T. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo, McGrawHill, 1982.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES JUNIOR, E. B. ; SEBRIAN. R, N, N. Instituições do Saber: O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e seus projetos Identitários. In: XIX Seminário de Pesquisa e XIV Semana da Iniciação Científica, 2008, Guarapuava. XIX Seminário de Pesquisa e XIV Semana de Iniciação Científica, 2008.

GUIMARÃES, L. M. P. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade o Imperador. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, nº 388, jul/set, 1995”.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Estudos históricos. Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p. 5-27.

GUTIÉRREZ, Horácio. Crioulos e Africanos no Paraná, 1788-1830. Revista Brasil de História. USP, São Paulo. v.8 nº 16. Março/1998.

HOBSBAWM, Eric J. A era do capital 1848-1875. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª ed.

KÖCHE, J. C. Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

KHALED JUNIOR, S. H. Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. Ed. São Paulo: atlas, 1996.

LAMB, Roberto Edgar. Uma jornada civilizadora: Imigração, conflito social e segurança pública na província do Paraná – 1897 a 1882. Curitiba/PR: UFPR, 1994. (Dissertação de mestrado).

MAHRET, Rafael de Castro. A Colônia Cecília enquanto elemento de análise para a compreensão da história local a partir do jornal Gazeta de Palmeira: Um recorte dos anos 1990-1991-2003-2016. Ponta Grossa/PR: UEPG, 2018. (Dissertação de mestrado).

MARCONDES, Moysés de Oliveira e Sá. Pai e Patrono: Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá; SOARES, L. A (org) 2º ed. Porto Alegre. Ediname, 2013.

MATTOS, I. R. O tempo saquarema: A formação do Estado imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MATTOS, S. R. O Brasil em lições: A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000.

MOREIRA, Hélio da Costa. A toponímia paranaense na rota dos tropeiros: caminho das Missões e estrada de Palmas. Londrina, 2006. (Dissertação (de Mestrado em Estudos da Linguagem). - Londrina: UEL, 2006.

PORTUGAL, James Macedo. Pequena contribuição para a História da Comarca de Palmeira. Curitiba: Livraria Mundial, 1940.

RANKEL, L. F. A construção de uma memória para a nação: a participação do museu paranaense na exposição antropológica brasileira de 1882. Curitiba/PR: UFPR, 2007. (Dissertação de mestrado).

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ROSSI, Giovanni. Un comune socialista. 1891.

SANTOS, V.; CANDELORO, R. J. Trabalhos acadêmicos uma orientação para a pesquisa e normas técnicas. Porto Alegre: Editora Age, 2006.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e cultura no Brasil. Brasília: UnB, 1990.

SCHWARCZ, L. K. M. O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SIRINELLI, J. F. Os Intelectuais. In: RÉMOND, R. Por uma história política: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SOUZA, R. J.; PIRES, J. R. F. Os desafios do ensino de História no Brasil. Professores em Formação, ISEC/ISED. N° 1. 2º semestre de 2010.

TEIXEIRA, C. A. R. A educação patrimonial no ensino de história. Biblos, Rio Grande, 22 (1): 199-211, 2008.

MAYER, Vera Lúcia. Entrevista concedida ao autor em 03/05/2016.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 1997.

- Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.
- Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati(PR), 29 de julho de 2021.



Josimar de Jesus Vitor do Nascimento